

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE**

**SORAYA PIMENTEL PESSINO DA ROSA**

**INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E INTERCULTURALIDADE: ANÁLISE DOS PROGRAMAS FEDERAIS INTERUNIVERSITÁRIOS SUL-SUL DURANTE A GESTÃO LULA**

Salvador

2015

**SORAYA PIMENTEL PESSINO DA ROSA**

**INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E INTERCULTURALIDADE: ANÁLISE DOS PROGRAMAS FEDERAIS INTERUNIVERSITÁRIOS SUL-SUL DURANTE A GESTÃO LULA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Linha de pesquisa: Gestão, Formação e Universidade

Prof. Dr. Djalma Thürler - Orientador

Salvador

2015

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**SORAYA PIMENTEL PESSINO DA ROSA**

**INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E INTERCULTURALIDADE: ANÁLISE DOS PROGRAMAS FEDERAIS INTERUNIVERSITÁRIOS SUL-SUL DURANTE A GESTÃO LULA**

Dissertação aprovada como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinaridades sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Djalma Thürler – Orientador \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pós-Doutor em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Lorena Madruga Monteiro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marilu da Conceição Carvalho Dantas\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Doutora pela Universidade Federal da Bahia

Carmem Fontes de Souza Teixeira\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Doutora pela Universidade Federal da Bahia

**AGRADECIMENTOS**

A Deus, que em sua infinita sabedoria me deu forças para finalizar esta pesquisa, mesmo diante de todos os desafios que a vida me apresentou.

À minha mãe, Célia, pelo exemplo de vida e referência de força e determinação. Agradeço a ela todos os dias por ter me dado tanto amor e estímulo para que eu nunca desistisse dos meus sonhos. Esse trabalho é meu e dela, que indiretamente foi peça mais que fundamental para a realização dele.

Às minhas três filhas, Lara, Sofia e Júlia, que fundamentam meus sonhos de um mundo melhor a cada manhã.

Às minhas amigas, que tantas energias positivas me emanaram em cada um dos momentos dessa trajetória.

Aos colegas de trabalho, pela paciência e apoio. Em especial ao Secretário Jorge Khoury, que me presenteou com tantas palavras e gestos de incentivo nos últimos meses e João, meu querido companheiro das “correrias cotidianas”.

Ao meu orientador, Djalma, que com sua competência, humildade e delicadeza me apresentou os caminhos, organizou minhas ideias e teve tanta paciência e solidariedade com minhas dificuldades. Gratidão e referência me acompanharão para sempre ao lembrar do seu nome.

Aos professores e colegas da UFBA e à Secretaria da Pós-Graduação do EISU, Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, por tanta compreensão, parceria e profissionalismo ao longo desses anos.

ROSA, Soraya Pimentel Pessino. Internacionalização Universitária e Interculturalidade: análise dos programas federais interuniversitários Sul-Sul durante a Gestão Lula. 99 f. il. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

**RESUMO**

A ideia central deste projeto foi elaborada a partir do estudo da dimensão global da Política Externa brasileira que, nos últimos anos (2003-2010), teve como uma de suas principais vertentes o compromisso de contribuir para a promoção do desenvolvimento da relação entre a América Latina, a África e a Ásia, em especial, no que diz respeito – frente aos desafios da cultura para os mecanismos efetivos de integração – ao processo de internacionalização universitária. Esta pesquisa se fundamentou na proposta de investigar as ações internacionais diplomáticas brasileiras do Governo LULA, tendo como foco o segmento de internacionalização da educação superior brasileira, levando em consideração a transversalidade da cultura e seus desafios. O texto aqui apresentado é resultado da experiência profissional adquirida na área de Relações Internacionais e internacionalização do ensino superior, aliada à pesquisa acadêmica baseada nos conhecimentos adquiridos como aluna do mestrado do IHAC: EISU. Têm-se entre os principais objetivos, analisar historicamente os procedimentos de internacionalização universitária e, após contextualizar a Política Externa durante a gestão do Ex-Presidente Lula, identificar os programas que favoreceram as ações de internacionalização universitárias que foram desenvolvidas pelo Brasil neste período levando em consideração os aspectos e desafios técnicos e culturais deste contexto. Por fim, levando em consideração as pesquisas realizadas, pretende-se sugerir um novo caminho, processual e metodológico, para os processos de internacionalização universitária. Como referenciais de pesquisa foram realizadas a revisão de literatura e a utilização de instrumentos de análise qualitativa e quantitativa, através de pesquisas bibliográficas e contatos realizados com Universidades, Instituições Públicas e Organismos Internacionais que tenham, em seu histórico, linhas de cooperação acadêmica internacional. Dessa forma, esta pesquisa busca fortalecer a construção do pensamento de que o desenvolvimento de iniciativas acadêmicas globais, efetivamente intercambiadas e integradas por meio da interculturalidade, possibilita a libertação social por meio de ampliação e dos saberes, favorecendo – com efetiva integração - o desenvolvimento local e em diferentes regiões do mundo.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Universidade. Diplomacia. Brasil. Cultura. Cooperação. Desenvolvimento.

ROSA, Soraya Pimentel Pessino. University Internationalization and Interculturalism: analysis of interunivesity federal programs South-South during the Lula’s Administration. 99 f. il. 2015. Dissertation (Master) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

**ABSTRACT**

The central idea of ​​this project was developed from the study of the global dimension of Brazilian foreign policy that, in recent years (2003-2010), had as one of its main areas the commitment to contribute to the promotion of the development of the relationship between Latin America, Africa and Asia, in particular, as regards - the challenges of culture for the effective integration processes - to the university internationalization process. This research was based on the proposal to investigate brazilian international diplomatic actions of LULA’s Government, focusing on the international segment of brazilian higher education, taking into account the transversality of culture and its challenges. The text presented here is the result of professional experience in International Relations area and internationalization of higher education, combined with an academic research based on the knowledge acquired as a master's student of IHAC: EISU. Have been among the main objectives, historically, analyze the procedures for university internationalization and after contextualize foreign policy during the administration of the former President Lula, identify programs that has favored the university internationalization actions that were developed by Brazil in this period taking into consideration the aspects and technical and cultural challenges of this context. Finally, taking into account the researches carried out, is intended to suggest a new way, procedural and methodological, for university internationalization processes. As a research benchmarks were conducted a literature review and the use of instruments of qualitative and quantitative analysis, through bibliographic searches and contacts made with Universities, Public Institutions and International Organizations that have, in their historical, international academic cooperation lines. Thus, this research seeks to strengthen the construction of the thought that the development of global academic initiatives, effectively exchanged and integrated through intercultural system, enables the social liberation through expansion and knowledge, favoring - with effective integration - local development and in different regions of the world.

Keywords: Internationalization. University. Diplomacy. Brazil. Culture. Cooperation. Development.

**Lista de Abreviaturas e Siglas**

|  |  |
| --- | --- |
| CCB | Centro de Cultura do Brasil |
| DC | Departamento Cultural |
| DPLP | Departamento dos Países de Língua Portuguesa |
| EISU | Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| IHAC | Instituto de Humanidades, Artes e Ciências |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| IPRI | Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais |
| LULA | Luís Inácio Lula da Silva |
| MARCA | Mobilidade Acadêmica para Cursos Acreditados |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PALOPs | Países de Língua Oficial Portuguesa |
| PEC-G | Programa de Estudo Convênio de Graduação |
| PMM | Programa de Mobilidade Mercosul |
| RIACES | Rede Iberoamericana para Acreditação da Qualidade do Ensino Superior |
| UNESCO | Agência das Nações Unidas para Educação e Cultura |
| UNILAB | Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira |
| USAID | Agência Norte-Americana de Desenvolvimento |

**Lista de Tabelas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tabela 1** | Síntese teórica sobre internacionalização acadêmica ......................... | 26 |
| **Tabela 2** | Tipos de poder e políticas governamentais na visão de Joseph Nye ..  | 38 |
| **Tabela 3** | Indicadores do Programa PEC G na África ........................................ | 52 |
| **Tabela 4** | Indicadores do Programa PEC G na América Latina ......................... | 53 |
| **Tabela 5** | Indicadores do Programa PEC G na Ásia ........................................... | 54 |
| **Tabela 6** | Leitorados ano 2003 ........................................................................... | 61 |
| **Tabela 7** | Leitorados ano 2010 ........................................................................... | 62 |

**Lista de ILUSTRAÇÕES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Quadro 1** | Análise de Knight sobre internacionalização ................................. | 25 |
| **Quadro 2** | Orçamento do Plano Plurianual do Departamento Cultural do Itamaraty ........................................................................................ | 43 |
| **Figura 1** | Estrutura ARCU-SUL | 49 |
| **Figura 2** | Pontos de atuação dos CCBS e Leitorados Brasileiros .................. | 61 |

**Sumário**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **INTRODUÇÃO ...............................................................................................** | 10 |
| **2** | **BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA ..........................................................................................** | 15 |
| 2.1 | A NOVA UNIVERSIDADE E A INTERCULTURALIDADE ...................... | 27 |
| **3** | **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O GOVERNO LULA E A ESTRATÉGIA SUL-SUL – PROGRAMAS FEDERAIS DE INCENTIVO À COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL ….** | 33 |
| 3.1 | A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA GESTÃO LULA ...................... | 36 |
| 3.2 | PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL VOLTADOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR ................. | 47 |
| **3.2.1** | **Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados** | 47 |
| **3.2.2** | **Programa de Mobilidade Mercosul ...............................................................** | 50 |
| **3.2.3** | **Programa de Estudante Convênio de Graduação .......................................** | 51 |
| **3.2.4** | **Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira ........................** | 54 |
| **3.2.5** | **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ...** | 58 |
| **3.2.6** | **Universidade Aberta do Brasil em Moçambique .........................................** | 59 |
| **3.2.7** | **Leitorados Brasileiros .....................................................................................** | 60 |
| **4** | **APONTANDO CAMINHOS: PROFISSIONALISMO TÉCNICO E INTERCULTURALIDADE / ELEMENTOS FACILITADORES PARA EFETIVAS EXPERIÊNCIAS DE INETRNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL ...................................................................** | 65 |
| 4.1 | PROFISSIONALISMO TÉCNICO .................................................................. | 65 |
| 4.2 | INTERCULTURALIDADE ............................................................................. | 73 |
| 4.3 | DIMENSÃO PROCESSUAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO INTERCULTURAL ......................................................................................... | 78 |
| 4.4 | DIMENSÃO METODOLÓGICA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO INTERCULTURAL .......................................................................................... | 81 |
|  | **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE PODERIA TER SIDO... ................** | 90 |
|  | **REFERENCIAL TEÓRICO ..........................................................................** | 94  |

 **INTRODUÇÃO**

A necessidade de compreender como as Universidades transitaram no cenário internacional durante a Política Externa do Governo Lula foi o princípio embasador desta pesquisa. No entanto, o fenômeno de articulação internacional das Universidades não pode ser analisado como algo exclusivo das últimas décadas. Por essa razão, o início deste trabalho se baseou em uma análise da perspectiva histórica das atividades internacionais das Universidades alinhando a gradativa transformação destes espaços de ampliação do saber às mudanças nos processos de articulação e desenvolvimento das atividades internacionais universitárias. Nesse sentido, o respeito às questões culturais foi ganhando papel destacado e de fundamental importância para efetiva reflexão sobre o assunto. Com base nesse contexto, sugerem-se, no decorrer do trabalho, novas alternativas técnicas para as ações internacionais desenvolvidas pelas Universidades

Surgiram desafios na caminhada da pesquisa desde o desenho do seu projeto, pois apesar de existir extensa literatura que aborde o tema “internacionalização universitária” (KRAWCZIK; SANDOVAL, 2007; MOROSINI, 2006; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008; STALLIVIERI, 2004; TRINDADE, 2011; WITT; JARAMILLO; GACEL; KNIGHT, 2005), não foram identificados estudos que relacionassem esse tema com a Política Externa brasileira no eixo Sul-Sul levando em consideração a transversalidade cultural inerente à esses processos. Não foram encontradas muitas pesquisas aprofundadas que observassem a internacionalização universitária no Brasil através do olhar simultâneo da Política Externa e da Cultura, temas de profunda conexão e vitais para efetivos processos de internacionalização do ensino superior. Surge assim, a compreensão de que esse seria o ponto de originalidade do estudo e a relevância social da pesquisa.

Sabendo que as Universidades estão profundamente ligadas aos aspectos históricos, influenciando e sendo influenciadas pelas políticas estatais, e aproveitando o panorama mundial, a política local e as possibilidades que se configuram em temas de interculturalidade e cooperação Sul-Sul, este trabalho analisou tecnicamente os desafios e as possibilidades de atuação internacional nas Universidades brasileiras. Através da revisão de literatura e da escuta de diversificados atores, buscou-se ampliar o conhecimento específico sobre o tema para que as ações interuniversitárias se efetivem e um universo de novas possibilidades de desenvolvimento local.

Foi somente no século XX que a internacionalização universitária se intensificou consideravelmente em todo o mundo. (KRAWCZICK; SANDOVAL, 2007) E para entender o processo de articulação internacional das Universidades brasileiras nas últimas décadas, tema base deste estudo, foi necessário relacionar as atividades educacionais ao cenário político que influencia e é influenciado pelas transformações sociais e econômicas do Estado brasileiro e do contexto internacional. Assim, o recorte escolhido foi o período do Governo Lula, entre 2003 e 2010, para em seguida serem pesquisadas as políticas educacionais adotadas neste período e que, de alguma forma, interferiram nos processos de internacionalização universitária.

Todavia, compreende-se que para que as instituições se articulem com igualdade de oportunidades e efetiva troca de conhecimentos é necessário que os processos de internacionalização mútua sejam desenvolvidos por meio de métodos qualificados e gestores universitários capacitados para o tema. (STALLIVIERI, 2004) Dessa forma, é fundamental repensar na transversalidade de políticas institucionais na área internacional e a necessidade de capacitação contínua entre os envolvidos.

Percebe-se então um outro desafio para as Universidades na contemporaneidade: internacionalizar sem perder suas características culturais. A compreensão da importância da cultura se fundamentou então como fator primordial para o bom desempenho das ações internacionais e foi transversal nesta pesquisa, e se consolidou como o ponto de maior originalidade dela. A investigação aqui proposta busca ampliar a sensibilidade dos atores para lidar com o aparelho espiritual das sociedades e tudo que der o tom particular de cada sociedade, e são essas sociedades, que politicamente organizadas constituem os Estados Nacionais, suas Instituições e as respectivas estratégias de articulação internacional. Por essa razão, este ponto foi escolhido para nortear esta pesquisa porque é um assunto de grande relevância para a Universidade e para a humanidade e merece, portanto, reflexão contínua. (FLEURI, 2005)

Sendo assim, fica claro que desafios existem, mas não são obstáculos intransponíveis. E, para que possam ser desenvolvidos efetivos projetos de cooperação acadêmica em áreas técnicas e científicas nas Instituições de Ensino Superior brasileiras (IES), a capacitação técnica em assuntos internacionais, bem como a interculturalidade devem fazer parte do planejamento estratégico das Instituições.

Conforme dito anteriormente, existem muitos estudos e análises já realizados sobre internacionalização do ensino superior, mas durante as pesquisas algumas premissas foram identificadas como elementos que, por meio de raciocínio lógico e integrado, contribuíram para que este estudo se junte aos já existentes e se materializasse como mais um instrumento de relevância para o atual contexto acadêmico: conhecer à fundo a Política Externa brasileira e entender a fluidez entre o que é pauta de interesse internacional e as políticas internas do país; romper paradigmas de internacionalização universitária que são trazidos desde a idade média e inovar levando em consideração a dinâmica contemporânea; aceitar a interferência das políticas públicas na elaboração das propostas educacionais aproveitando os cenários para ampliação de oportunidades que influenciem favoravelmente o desenvolvimento social (influenciar e ser influenciado); compreender que a internacionalização deve ser uma política institucional; reforçar a interdisciplinaridade e a interculturalidade ao promover o intercâmbio de pessoas, conhecimentos e experiências; trazer humanismo por meio do respeito à diversidade, propor alternativas acadêmicas inovadoras para ampliar as ações já existentes de forma qualificada e com resultados efetivos. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012; CANDAU, 2000; UNESCO, 2011)

Com este cenário, o planejamento desta pesquisa estabeleceu que o objetivo central deste trabalho deveria se fundamentar na análise, por meio da dimensão cultural, das atividades acadêmicas internacionais desenvolvidas no Brasil durante a Gestão do Governo Lula. Ao passo em que, os objetivos específicos deveriam analisar historicamente a internacionalização universitária; contextualizar a Política Externa Sul-Sul durante a gestão Lula, com ênfase na identificação dos programas voltados ao incentivo da cooperação acadêmica internacional; mapear e caracterizar os programas federais que tiveram impacto nas ações interuniversitárias no Brasil neste período; compreender as diferentes formas de internacionalização universitárias e identificar os valores culturais presentes nas relações estudadas, e propor novos caminhos para ampliação da efetividade dos processos e métodos de internacionalização universitária.

O tempo delimitado para essa análise foi marcado pelas duas gestões consecutivas do Ex-Presidente Lula, e envolveu perspectiva mais aprofundada do foco que foi dado para as relações Sul-Sul na Política Externa desenvolvida durante o seu mandato. Como a originalidade desse estudo está na transversalidade cultural e pelo fato de que a diversidade dos assuntos requer o uso da criatividade para ligar os temas, o marco teórico dessa pesquisa se fundamentou na ideia da existência de um marco conceitual subdividido em: internacionalização e interculturalidade. Para desenvolver os referidos conceitos, diversificados níveis de análise foram utilizados com a preocupação de não ter uma linha única de observação, mas sempre sem perder o foco nos conceitos orientadores deste trabalho.

Sobre o marco referencial, no primeiro capítulo, para a análise da internacionalização universitária utilizaram-se, em princípio, autores que tratam da evolução histórica como Janotti (1992) e Trindade (2011). Já para os diferentes modelos teóricos de atuação internacional das Universidades foram fundamentais as pesquisas em publicações de Hernandez e Cerda (2011), Knight (2004) e Witt (2005), que abordaram as diferentes linhas de análise de Warner, Knight, Rudzik e Van der Wend. E, para a vertente da Nova Universidade, foram utilizadas como fonte as pesquisas de textos de intervenções utilizados nos debates para a reforma universitária no Brasil e em Coimbra por Santos e Almeida Filho (2008).

O segundo capítulo analisa a Política Externa e os programas desenvolvidos na Gestão Lula. Foram utilizados referenciais teóricos (MACHADO, 2012; PALMA, 2006; VIZENTINE; PEREIRA, 2008; ALMEIDA, 2002) e meios de informações oficiais que abordaram pontos qualitativos e quantitativos sobre a gestão do Presidente Lula, a exemplo de números cedidos pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Cultura e do Planejamento, além de publicações do Instituto Brasileiro de Pesquisas em Relações Internacionais – IPRI, entre outros. Para tratar da análise teórica sobre a atuação da Política Externa Sul-Sul, a pesquisa se fundamentou no nível de análise que aborda a utilização do poder brando nas relações internacionais, o *Soft Power*.(NYE, 2006)

Sobre as questões de internacionalização acadêmica e cultura, no terceiro capítulo, foram utilizadas como fontes de informações a ONU, por meio dos relatórios da agência da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura – a partir de agora chamada de Unesco. Se juntaram à essas pesquisas, estudos teóricos e de pesquisadores que, ao longo deste trabalho, nortearam a relevância da junção destes temas para efetiva internacionalização das universidades. (CANDAU,2000; FLEURI, 2001; VASCONCELOS, 2013)

No capítulo final, entende-se que o raciocínio proposto por essa pesquisa se fundamentou na apresentação da realidade, mas que era necessário sugerir a não limitação comodista a ela. Surgiu então a necessidade de apresentar alternativas e/ou novos caminhos para as ações de internacionalização, contribuindo para a construção de efetivas experiências interculturais interuniversitária. (UNESCO, 2011; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012; CANDAU, 2000)

O método proposto para a pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, pois as variáveis foram direcionadas durante a investigação. Além disso, foi proposta a revisão dos tradicionais métodos de aplicação da interculturalidade, assunto que será estudado com maior profundidade nos capítulos 2 e 3. Todavia, foram investigados em linhas generalizadas, quantitativa e qualitativamente, os programas de governo da Gestão Lula e os efeitos destes na internacionalização de Universidades brasileiras. Assim como foram pesquisadas, de forma qualitativa, as possibilidades e perspectivas destas iniciativas com foco na cultura e seus desafios.

Entende-se que o Governo Lula, ao destinar suas políticas ao tema da cooperação acadêmica Sul-Sul, ampliou as possibilidades entre as nações historicamente dependentes da ajuda de países do eixo Norte, e recolocou o Brasil como sujeito ativo de seus projetos e possibilidades na ordem internacional atual. (VIZENTINE; PEREIRA, 2008; ALMEIDA, 2002) No entanto, é mister analisar qualitativamente a repercussão dessas iniciativas no cenário acadêmico.

Ao término da pesquisa, almeja-se proporcionar uma ampliação de conhecimentos científicos sobre esta temática, visto que são poucos os trabalhos publicados relacionando as dimensões políticas, socioculturais e acadêmicas aos procedimentos de internacionalização universitária com a transversalização técnica da cultura. Devido a esta realidade, percebe-se a importância desta investigação, que deve ampliar os estudos acadêmicos que auxiliem a compreensão do tema e, em paralelo, propor estratégias que facilitem e efetivem o desenvolvimento local por meio de maiores e melhores ações interuniversitárias.

## 2 BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O fenômeno de articulação internacional das Universidades não deve ser analisado como algo exclusivo das últimas décadas, afinal desde a era medieval as atividades internacionais já aconteciam em universidades europeias. É possível observar que,

Originalmente, no período medieval, a universidade tinha um forte caráter internacional e que, como consequência da construção dos Estados nacionais modernos, sofreu um processo de nacionalização. Este processo não eliminou as necessidades do caráter internacionalista da produção do conhecimento científico que se vinculou, ao longo do século XX, às necessidades e pressões dos Estados, das sociedades e do mercado no contexto do desenvolvimento nacional. (KRAWCZYK e SANDOVAL, 2007, p. 43)

Entre os anos de 1200 e 1400 dezenas de Universidades foram reformadas ou criadas na Europa. Segundo Stallivieri (2004), o caráter internacional das Universidades era notório na Idade Média desde a criação das primeiras escolas europeias. A formação dessas escolas, chamadas de *Universitas*, contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países. Por outro lado, algumas delas obtinham pela Igreja Católica, por meio da Bula Papal, a titulação de *StudiumGenerale* (definição que antecede o termo Universidade), que as caracterizava como Instituto de Excelência Internacional porque exerciam, entre outras atividades, ações que visavam a troca de conhecimentos entre acadêmicos, além do compartilhamento de documentos científicos entre diferentes lugares do continente europeu. (STALLIVIERI, 2004)

Todavia, Janotti (1992, p. 23 - 24) trouxe uma definição mais detalhada sobre o tema ao alegar que

Na Idade Média o termo que mais tecnicamente correspondia à Universidade como instituição de cultura medieval não era *universitas* e sim *studiumgenerale*. *Universitas* significava apenas um número, uma pluralidade, um conjunto de pessoas, num sentido mais técnico significava também uma corporação legal ou pessoa jurídica, encontrado equivalência no termo *collegium* do direito romano. No fim do século XII e começo do XIII *universitas* é aplicada para designar as corporações tanto de professores quanto de estudantes (mas continua, e por muito tempo, a ser aplicada a outras corporações, como, por exemplo, de comerciantes, de artífices etc.), e nesse sentido escolástico era simplesmente uma espécie particular de corporação – uma associação de pessoas exercendo uma ocupação comum para a regulamentação do seu ofício e proteção de seus direitos contra o mundo exterior.” Daí o termo, a princípio, nunca ser usado absolutamente: a expressão era sempre ‘universidade de estudantes’, ‘universidade de mestres e estudantes’, ‘universidade de estudo’.

Segundo o autor, “*StudiumGenerale”* era o conceito mais próximo do que hoje se conhece como Universidade. A princípio, significava não o lugar “onde todos os assuntos eram ensinados” e sim o lugar onde “estudantes de todas as partes eram recebidos”. E complementa:

A partir do começo do século XIII o termo *studiumgenerale* vai se tornando comum e, no conjunto ele parece implicar três características: 1. Escola que atraía estudantes de todas as partes e não apenas de uma região particular, 2. Que era um local de educação superior: isto é, pelo menos uma das faculdades superiores (teologia, direito, medicina) ali era ensinada, 3. Os assuntos eram ensinados por um número considerável de professores. Dessas três características, a primeira, era a fundamental. (JANOTTI, 1992, p. 23-24)

Neste contexto, Universidades como a de Paris e de Bolonha já apresentavam características de Instituições internacionalizadas. O novo espaço de ampliação do saber, aquele novo modelo de instituição, estruturava-se, originariamente, através das corporações de professores (Paris) ou de estudantes (Bolonha), e pelas “repúblicas” de estudantes estrangeiros, organizadas por país de origem, que se chamavam “nações”. (VERGER, 1990)

Ratificando esta linha de raciocínio, Trindade (1998) observa que a partir do século XII havia na Europa uma significativa circulação de alunos (ingleses, alemães, franceses, italianos, espanhóis e portugueses) e de professores entre os diferentes centros de ensino.

Entre os séculos XV e XVI prevaleceu na Europa a Universidade Renascentista, que movida pelos ideais antropocêntricos e racionais, questionava o poder de Roma. O fortalecimento do pensamento científico se solidificava com a Reforma Protestante e o Cisma Anglicano. Ainda que na França existissem contraposições, como a Contra Reforma da Universidade de Paris, foi por meio da liberdade que estudantes e professores conduziram suas atividades e os discretos movimentos de mobilidade em todo o continente. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

Não é objeto desta pesquisa aprofundar o tema de desenvolvimento cronológico das Universidades, mas é importante ressaltar a histórica transformação destes espaços de ampliação do saber quando estas mudanças interferiram na temática de articulação e desenvolvimento de atividades internacionais destas instituições, que é a base conceitual desta investigação. Assim, passa-se da visão geral das Eras Medieval e Renascentista ao período Iluminista, onde significativas mudanças das atividades globais e regionais das Universidades se configuram como relevantes para o tema deste estudo.

Ao contrário das vinculações medievais entre educação e religião, e da liberdade renascentista, a partir do século XVII as atividades universitárias se relacionaram mais diretamente com as políticas dos Estados e funcionaram como instrumento de articulação social, ligado e subordinado ao monopólio estatal.

As universidades, pois, não seguem um modelo único e a história da Universidade, a partir do século XVII, se confunde, em grande medida, com as vicissitudes das relações entre ciência, universidade e Estado. As novas tendências da universidade caminham em direção a sua nacionalização, estatização (França e Alemanha) e abolição do monopólio corporativo dos professores, iniciando-se o que se pode denominar “papel social das universidades”, com o desenvolvimento de três novas profissões de interesse dos governos: o engenheiro, o economista e o diplomata. (TRINDADE, 1999, p. 16)

Ressaltam-se aqui outros dois pontos interessantes para serem analisados na função internacional das Universidades: o início do modelo de Universidade Vocacional (aquela que, com bases napoleônicas, profissionaliza o conhecimento) e o surgimento da função diplomática dando ênfase ao profissionalismo exigido para a articulação internacional entre os países (relação entre interesses estatais e o uso da educação como instrumento de poder externo). (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

Foi neste momento, dentro da vinculação sociedade-conhecimento-poder, que surgiu oficialmente a função diplomática. Diz-se aqui atividade “oficial” porque indícios de atividades de diplomacia existem desde as antigas civilizações babilônicas. (MAGNOLI, 2000) Ainda que esta profissão seja mais uma dentro de várias outras, pode-se perceber que no período iluminista a consciência do diálogo diplomático internacional estava ligada aos interesses estatais de forma institucionalizada e avalizada pelo conhecimento acadêmico e social. A academia se relacionava de forma direta ao pensamento que formularia as políticas externas dos Estados, e assim permanece até os dias de hoje em muitos países.

Por outro lado, a função diplomática exige fluência de idiomas e conhecimento de diferentes culturas, pontos que só se materializam com contato e troca de conhecimentos entre diferentes povos. Assim, consolidava-se a necessidade latente de internacionalizar conhecimento em diferentes vertentes. E foi neste período que as Universidades europeias intensificaram ainda mais as suas interações internacionais se abrindo ao intercâmbio de pessoas e conhecimento, mesmo atuando de forma nacionalista e estando voltada para interesses governamentais (em alguns casos centralizadores).

A esta altura já existia inúmeras Universidades europeias e norte americanas desenvolvendo atividades internacionais. Na América do Sul não foi diferente. A intensificação das atividades internacionais interuniversitárias, o processo de movimentos sociais contínuos, a velocidade da comunicação e o fortalecimento das interações globais corroboraram para crescentes e constantes reformas educacionais em diferentes regiões do globo. Prova disso foi a participação da USAID, Agência Norte Americana de Desenvolvimento Internacional, na Reforma de 1968 no Brasil. A Reforma de 1968 deu origem aos espaços privados de ensino superior atendendo aos interesses capitalistas norte-americanos. Antes, em Córdoba no ano de 1918, já era possível presenciar um pensamento internacional com foco regional apresentado por meio de um inédito manifesto continental de busca identitária no ensino superior da América Latina. (NETO, 2011)

Ainda que as ações internacionais entre Universidades existam desde a era medieval, foi somente no século XX que a internacionalização universitária se intensificou consideravelmente em todo o mundo. (STALLIVIERI, 2004) Fatores como a redistribuição dos centros de poder no mundo, a globalização e regionalização, as interações econômicas globais, as questões multiculturais, as exigências do mercado de trabalho, a velocidade da informação e das comunicações, entre outros fatos que marcam a evolução histórica e globalizada do mundo, fazem com que as Universidades de hoje tenham novos e constantes desafios profundamente conectados ao cenário internacional.

Ao contextualizar o mundo no século XX, no âmbito do objeto desta pesquisa, é mister abrir um espaço para conceituar globalização e regionalização. Adventos que podem ser analisados como dicotômicos por representarem respectivamente abertura global de fronteiras e agrupamento setorial geograficamente planejado. Importante caracterizar que esta visão não pode ser considerada como absoluta, visto que neste trabalho serão apresentados como fenômenos complementares e resultantes. Na medida em que o mundo se globaliza com maior intensidade, os Estados se agrupam e regionalizam a fim de manter seus interesses. Segundo Santos, a Globalização pode ser definida como

Um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas de informação e comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações fronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou náufragos, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado. (SANTOS, 2002, p. 11)

Levando em consideração que a globalização permitiu ao mundo a liberdade de ampliação do conhecimento por conectar os Estados em diferentes segmentos, é importante analisar também como algo que pode excluir e marginalizar as sociedades resistentes à diversidade cultural, ao capitalismo, à efemeridade tecnológica e todas as implicações econômicas e sociais trazidas por este advento. Sendo assim, muitos países buscaram a regionalização como algo necessário e fundamental para sobrevivência no cenário internacional. Estes agrupamentos viabilizados por Uniões Aduaneiras, Mercados Comuns, Associações Estatais Específicas (OPEP é um exemplo), Blocos Regionais, entre outros, se configuram como alternativa para afirmação dos interesses dos países em vias de desenvolvimento na esfera global e perante as grandes potências. Desta forma, globalização e regionalização podem ser vistas como adventos complementares e, em alguns casos, sequencialmente estratégicos.

A regionalização é uma globalização em miniatura. Cada processo de integração regional reproduz, num espaço mais restrito, mas, com maior veemência, as principais características da globalização. [...] Um país que se engaja em um processo de integração torna-se mais apto a participar do processo de globalização. (FLORÊNCIO; ARAÚJO, 1995, p. 81)

O Brasil já desenvolvia ampla comunicação e boas relações políticas com os países europeus e norte-americanos ao longo se sua história diplomática, mas as relações com vizinhos do “lado de baixo do Equador” nunca haviam sido prioridade na Política Externa do país, conforme será visto no capítulo 3. Nos últimos anos este panorama foi alterado, principalmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, especificamente, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, objeto dessa pesquisa.

 De acordo com Sales (2009), a cooperação internacional foi uma das diretrizes do governo FHC. Para o Ex-Presidente, a globalização alterava a configuração das relações internacionais trazendo uma nova dinâmica de interesses entre os hemisférios Norte e Sul. Os países deveriam aceitar certas condições da nova ordem econômica mundial para que pudessem contrapor-se aos efeitos negativos da globalização. E, ao aceitar estas condições, deveriam criar alternativas de manutenção e fortalecimento de poder. A autora afirma que “desta maneira, a cooperação regional e inter-regional seriam as prioridades da Política Externa brasileira no período mencionado acima”. (p. 4)

Cabe aqui destacar que para enfrentar a hegemonia dos países mais desenvolvidos e a força política dos Estados Unidos e da União Europeia, os países em vias de desenvolvimento intensificaram suas ações de aproximação regional nas últimas décadas por meio dos processos e mecanismos de regionalização, e com o Brasil não foi diferente. Assim, entende-se que a Globalização pressiona os Estados a uma irreversível transnacionalização para acompanhar as evoluções científicas, políticas e sociais que ocorrem no mundo. Esta realidade direciona os Estados menos desenvolvidos (em referência às grandes potências mundiais) a buscarem alternativas de regionalização para enfrentarem juntos a competitividade internacional e fortalecerem o poder de articulação política local. (SALES, 2009)

Assim se configurou o caso do Mercosul, por exemplo, que como espaço de integração regional econômica e política, apresenta uma realidade repleta de desafios e perspectivas em diferentes segmentos, entre eles na educação superior. Por outro lado, se intensificam também as relações com a África, Ásia e Oceania, o que propicia crescentes e constantes processos de articulação Sul-Sul e a relevância crescente do aprimoramento dos processos de internacionalização universitária, conceito que será utilizado ao longo dessa pesquisa.

Entende-se que o Brasil buscou a regionalização para enfrentar os desafios da globalização, e esse cenário é relevante ao se analisar as ações interuniversitárias brasileiras nos últimos anos. (SALES, 2009) Dessa forma, para compreender com maior clareza o processo de articulação internacional das Universidades nas últimas décadas, é fundamental ressaltar que a

Internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) dimensão internacional – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) educação internacional – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) internacionalização da educação superior, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior. (MOROSINI, 2006, p.115)

Ainda que os procedimentos de intercâmbio sempre tenham sido o fator de maior impacto para os estudos sobre as atividades internacionais das Instituições do Ensino Superior, de agora em diante chamada também de IES, é importante salientar que essas ações não são suficientes para resumir tais iniciativas. A internacionalização universitária deve envolver todos os atores: discentes e docentes em seus diferentes níveis, tanto de forma horizontal e vertical como bilateral e multilateral. É um processo que deve ser institucionalizado e envolver a Universidade como todo. Além disso, devem acompanhar os interesses nacionais e o cenário global para a definição de suas estratégias de atuação. (STALLIVIERI, 2004)

Como meio de integração dentro e fora das IES, os procedimentos de atuação internacional funcionam como instrumentos de ampliação do saber. Para sintetizar os múltiplos aspectos de internacionalizações acadêmicas existentes, Mazzilli (2011) os agrupa segundo as missões tradicionais da Universidade: Ensino, pesquisa e extensão.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é apontado como referência do padrão de qualidade acadêmica para as instituições de ensino superior do país, que se baseia na negação das desigualdades sociais (que abrange a distribuição desigual dos bens, inclusive culturais), expressando assim o papel social da universidade na construção de uma sociedade democrática e igualitária. Uma emenda apresentada pelo Fórum Nacional de Educação na Constituinte à Assembleia Nacional Constituinte, que propunha a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um novo paradigma para a universidade brasileira, foi incorporada à Constituição brasileira de 1988 em seu artigo 207 que estabelece: “As universidades gozam de autonomia didático‑científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como referência para a organização do trabalho pedagógico, embora de difícil concretização em face das condições políticas e estruturais da educação superior, tornou‑se premissa para pensar e propor alternativas para esse nível de ensino, incorporando‑se à história da universidade brasileira como contraponto aos modelos baseados na lógica do mercado. (MAZZILLI, 2011, p. 214)

No ensino, podem-se visualizar ações como convites de conferencistas internacionais, realização de atividades com temas globais, inclusão de literatura de teóricos e “escolas” de outros países nas grades curriculares, intercâmbio como procedimento viável para os alunos e professores, cooperação internacional em programas de ensino, e o que mais for possível para viabilizar conteúdo internacional aos cursos.

Na pesquisa, viabilidade de mestrados e doutorados fora do país, possibilidades de bolsas que facilitem a ida e o receptivo de docentes para trabalhos de investigação compartilhada, ampliação das fontes de financiamentos internacionais para troca de conhecimentos, publicações e trabalhos científicos com temas e/ou pesquisadores de diferentes regiões do mundo, entre outras atividades.

No aspecto da extensão, as ações podem ser mais facilmente visualizadas pela comunidade local. Isso é possível porque se incluem nessa linha as parcerias com instituições privadas e da sociedade civil para realização de trabalhos diretos na sociedade. Convites de profissionais estrangeiros, criação de conselhos globais, consultorias, ações culturais, e diferentes formas práticas de atuação dos saberes dentro e fora do país se encaixam neste segmento.

É importante salientar que estas atividades não devem ser isoladas, mas sim acontecer de forma articulada nos diferentes aspectos da educação. Em outras palavras, o que caracterizaria uma internacionalização institucional efetiva, é a realização de todas essas atividades de forma integrada e sistematizada em todos os aspectos educacionais e isso envolve ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão como algo que possibilite a percepção dentro e fora das IES de que a internacionalização é um componente da missão da Universidade em prol do desenvolvimento local. (STALLIVIERI, 2011) Para isso é importante um espaço na administração central que trate profissionalmente do tema, bem como núcleos setoriais que se articulem e prol destas iniciativas, mas este assunto será tratado com maior profundidade no capítulo 4.

Sendo assim, é possível perceber que o que caracteriza o grau de internacionalização do ensino superior no Brasil nos dias de hoje é a existência de instituições que concebem, na sua estrutura, espaços interativos que viabilizem articulação internacional para os atores locais dentro e fora das Universidades. Aqui é possível materializar a recente perspectiva da importância da educação internacionalizada para o desenvolvimento social e humano dos povos, e isso extrapola os interesses individuais cosmopolitas dos cidadãos. Esse avanço por meio de diferentes instrumentos de ampliação do saber propicia à Universidade brasileira um novo cenário de oportunidades e desafios no mundo contemporâneo. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

Existem diferentes olhares sobre os modelos de internacionalização universitária existentes na atualidade. Estes referenciais auxiliam a compreensão dos processos em que as instituições se encontram, bem como servem de análise sobre o modelo que se deve adotar no processo de atuação internacional. Segundo Warner, existem três modelos de internacionalização: o de mercado, o liberal e o social. Cada um deles viabiliza a compreensão do papel da Universidade e dos diferentes setores da sociedade na elaboração da política institucional de atuação internacional.

No modelo de mercado, com formato baseado no formato corporativo, o mundo é regido pela competição por mercados e a meta de cada instituição é reforçar o seu poder e influência. Segundo Hernández e Cerda (2011, p. 51)

From Warner’s (1992) perspective there are several reasons and imperatives that encourage universities to orient their agendas toward internationalization mostly associated with international competitiveness, self-development models of trade liberalization at the borders and social transformation under the current democratic system.[[1]](#footnote-1)

Ainda tratando da percepção de Warner, o modelo liberal aborda a importância da cooperação global, ainda que isso não necessariamente seja dicotômico ao interesse institucional. Ao mesmo temo em que a humanidade acredita nas ações de cooperação como instrumento de desenvolvimento, as instituições de ensino adotam essas práticas como elemento de favorecimento no cenário de concorrência global. O aprimoramento dos currículos tem na internacionalização um forte instrumento de diferenciação. (KEENAN; VALLÉE, 1994)

O terceiro modelo de Warner é fundamentado na transformação social. Ele difere do liberal na perspectiva da análise social como elemento de consciência. Segundo ele a internacionalização acadêmica contribui para a redução das desigualdades sociais, indo além dos interesses individuais ao envolver questões como meio ambiente, distribuição de recursos, análises sobre gêneros e raças, entre outros temas que melhoram a qualidade de vida como um todo. (KEENAN; VALLÉE, 1994)

Já na visão de Knight, outro autor que trata do tema, a internacionalização pode ser analisada por meio de seis abordagens complementares, conforme pode ser visto no quadro a seguir. Segundo a visão de Knight, as abordagens acima especificadas não esgotam o tema, mas funcionam como bases para compreensão do grau de internacionalização de uma referida instituição ou servem como diretrizes para o que se busca nas Universidades.

É importante refletir que as visões acima apresentadas não são excludentes. Warner tem como nível de análise o aspecto estratégico das relações econômicas, sociais e políticas e a integração generalizada dos interesses da Universidade nestes referidos cenários. Já na visão de Knight, o fenômeno passou a ser estudado segundo uma abordagem de processo, ou seja, a internacionalização teria como objetivo integrar a dimensão internacional/intercultural ou global dentro das propostas e funções tradicionais da universidade (ensino, pesquisa, serviços), incluindo detalhadamente os programas educacionais de ensino superior em suas percepções (WITT; et al., 2005).

Outras perspectivas foram trazidas por Hernandez e Cerda (2011). Segundo eles, o modelo organizacional de RUDZIK sugeria o planejamento estratégico como elemento básico da internacionalização do ensino superior, e ao mesmo tempo entendia que a internacionalização viabilizava significativas mudanças organizacionais. Enquanto que Van Der Wend propôs uma abordagem mais ampla, indo de curto e longo prazo, e que incluía objetivos, políticas e atividades através de uma estrutura que enfatizava a correlação entre a política nacional e institucional com políticas que promoviam a mobilidade acadêmica em instituições de ensino superior. Em resumo, Wend definia a internacionalização como qualquer esforço sistemático, sustentado com o objetivo de “tornar o ensino superior receptivo às demandas e aos desafios relacionados à globalização das sociedades e dos mercados econômico e de trabalho”. (WITT; et al., 2005)

É possível ampliar estes conceitos trazendo a visão institucional de alguns organismos que tratam da temática de internacionalização do ensino superior no mundo, como é o caso da Unesco (2004): a internacionalização do ensino superior é entendida como um meio e não um fim, portanto, ações como projetos conjuntos de pesquisa, currículos integrados para favorecer o processo de aprendizagem, os acordos de cooperação, bem como mobilidade de estudantes e acadêmicos, são expressões concretas deste processo em um cenário internacional globalizado.

**Quadro 1** – Análise de Knight sobre internacionalização

Fonte: VEIGA, Rita. 2011.

Esta abordagem é a mais comum e acentua as iniciativas actuais de programa que fazem parte dos esforços de internacionalização

Estas abordagens dão mais importância às motivações e aos resultados esperados do que às atividades ou estratégias

Estas abordagens focam-se nas funções primárias de uma instituição de ensino superior, incluindo aspectos curriculares, extracurriculares e organizacionais

Esta abordagem acentua as ligações com outros países e foca-se na mobilidade da educação para além fronteiras

**Actividade:** A internacionalização é descrita em termos de atividades como o estudo no estrangeiro, curriculum, programas académicos, alunos internacionais, ligações institucionais e redes, desenvolvimento de projectos, e campus pertencentes à filial.

**Resultados:** A internacionalização é apresentada na forma de resultados desejados como competências dos alunos (Deadorff 2006), perfil aumentado, e mais acordos internacionais, parceiros ou projectos.

**Motivações:** A internacionalização é descrita no que diz respeito às motivações primárias ou lógicas que conduzem. Estas podem incluir standards académicos, geração de rendimento, diversidade cultural, e desenvolvimento de alunos e/ou pessoal.

**Processo:** A internacionalização é considerada um processo no qual é integrada uma dimensão internacional de uma maneira sustentável nas três funções primárias de uma instituição: ensino/aprendizagem, investigação e serviço à sociedade.

**Carácter:** A internacionalização é interpretada como a criação de uma cultura ou clima no campus que promove e suporta o entendimento internacional/intercultural e foca-se nas atividades domésticas ou baseadas no campus.

**Estrangeira/além fronteiras:** A internacionalização é vista como uma entrega para além fronteiras da educação a outro países através de uma variedade de modos de entrega (cara a cara, distância, e-learning,etc) e de diferentes procedimentos administrativos (franchises,etc.)

**Tabela 1** - Síntese teórica sobre internacionalização acadêmica

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| WARNER | KNIGHT | RUDZIK | VAN DER WEND |
| Competitividade InternacionalInternacionalização como modelo de autodesenvolvimentoTransformação Social*O nível de análise é baseado na percepção do que a instituição quer levando em consideração o modo como se percebe o cenário externo.* | Desmembramento das fases de internacionalização em segmentos caracterizados como:Motivações, atividades, resultados, caráter das iniciativas, processos e estratégias *Foco nos Processos. Todas as etapas são direcionadas por iniciativas estrategicamente desenvolvidas pelas instituições, voltadas para a própria observação e interesses.* | A mudança organizacional se baseia no desenvolvimento dos recursos humanos promovidos pela internacionalização universitária.*Motivação por meio do planejamento estratégico da instituição* | Benefícios de curto prazo podem atingir estudantes, professores e práticas de ensino. Os de longo prazo são cumulativos para as IES, aumentam a qualidade da educação, qualificam o perfil dos formandos e melhoram o posicionamento institucional.*Os efeitos a curto e longo prazo são considerados na relação entre política da instituição e dos cenários externos*.  |

Fonte: a autora

Sendo assim, não é possível estabelecer um critério único como delineador do atual panorama de internacionalização universitária no Brasil, muito menos definir algum como “o correto” para ser implantado em todas as instituições. O que os diferencia é o nível de análise que norteia cada percepção teórica, os interesses, as capacidades e objetivos de cada IES. Cabe aqui, compreender que diferentes olhares podem descrever o atual estágio em que se encontram as ações internacionais das Universidades, bem como sobre a possibilidade de validar um modelo que sirva de orientador para o grau de internacionalização em que se pretende chegar. Mais que isso, é fundamental compreender que as transformações globais nos caminhos da educação induzem à constante reflexão conceitual da Universidade e do papel que ela desempenha para o efetivo desenvolvimento social.

* 1. A NOVA UNIVERSIDADE E A INTERCULTURALIDADE

Enfrentar o novo com o novo! Assim Boaventura de Sousa Santos e Naomar de Almeida Filho, no ano de 2008, em Para Uma Universidade Nova, levantaram os problemas, soluções e caminhos das Universidades do século XXI levando em consideração as transformações globais ocorridas nas últimas décadas. Desde o fim da Guerra Fria novas pautas e atores fundamentaram as transformações dentro e fora dos Estados Nacionais. Temas como meio ambiente, movimentos sociais, direitos humanos, questões raciais e de gênero, conflitos regionais emancipatórios, entre outros, se alinhavam com o fortalecimento do papel das cidades, ONGs, Organizações Internacionais etc. O Estado deixava de ser o único ator relevante no cenário internacional e os assuntos em pauta não mais estavam centralizados em disputas territoriais e de segurança, mais isso de forma alguma diminuía o poder como meio e fim dos interesses estatais. Mudaram as estratégias, mas não os interesses. E assim, ao se utilizarem técnicas de convencimento suaves ao invés do uso bruto da força, ao se conceber novas e diferentes formas de dominação e obtenção de poder, o *Hard Power* estava cedendo espaço ao fortalecimento do *Soft Power* nas estratégias políticas. Todavia este assunto será detalhado mais adiante.[[2]](#footnote-2)

Nesse Contexto, mas sem aprofundar em todos os pontos de transformação global, cabe neste trabalho destacar o fortalecimento da internacionalização como parte da missão social da Universidade a partir do século XX. Resultantes da Reforma de Córdoba de 1918, inspirado pelo movimento pelos direitos humanos na universidade norte-americana e pelas mobilizações estudantis de maio de 1968 no continente europeu, as instituições de educação superior nos últimos anos reconhecem cada vez mais a necessidade do ajuste dos planos acadêmicos à valorização do conhecimento como vetor de desenvolvimento humano, econômico e social. (ALMEIDA FILHO, 2008)

No Brasil, foi Anísio Teixeira o precursor da referida reflexão:

Sobre o papel da Universidade e sua relação com a ciência e com a cultura, tendo chegado a formular propostas concretas: já em 1931/35, como Diretor da Instrução Pública e Secretário de Educação no Rio de Janeiro, então capital do país, e que resultou na criação da Universidade do Distrito Federal; e em1950/60,como Secretário-Geral da Campanha de Aperfeiçoamento do pessoal de nível superior (CAPES)ao organizar e promover a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação, já numa perspectiva de inserção na universidade brasileira. Defendeu a necessária unidade e amplitude de objetivos para garantir as portas abertas dos estudos superiores aos estudantes. Para ele tanto a produção cientifica como a independência de uma nação desenvolvida requer a educação geral para todos e aprofundada para os talentos privilegiados para a produção de novos conhecimentos. Sua visão avançada de concepção universitária antecipou temas ainda hoje em debate como a autonomia e a democratização do acesso à universidade pública. (FARIA; MAIA, 2008, p. 10)

Diante destes desafios, crescia a necessidade urgente de validação de uma Universidade Nova no Brasil. Assunto discutido e trazido à tona em movimentos de reforma universitária, através de inspirações acadêmicas, ideologias, interesses e, recentemente, por meio de exemplos concretos em alguns estados brasileiros, como é o caso da recente Universidade do Sul da Bahia. Não se trata apenas de discutir a autonomia administrativa e as questões financeiras, mais que isso, é necessário repensar a Universidade como espaço de emancipação social e promotora de equidade. Este novo modelo de Universidade apresenta uma

Proposta de Bacharelados Interdisciplinares (BI) que reúne na mesma modalidade de curso de graduação características como: ampliação de conhecimentos e competências cognitivas dos estudos superiores; flexibilização do currículo com componentes optativos; dispositivos para integrar conteúdos disciplinares; e adiamento de escolhas profissionais precoces. É formado por quatro componentes: a Formação Geral (FG), obrigatória; a Formação Diferencial, com optativos para todos, áreas e níveis, que contribuem para escolhas maduras de carreiras profissionais; os cursos de Formação Profissional (FP) são também optativos, mas somente para alunos que concluíram o FG do BI correspondente que podem optar por essa como uma das vias de acesso, ou seja, o bom desempenho na etapa anterior. (FARIA; MAIA, 2008, p 12)

Além da ideia dos créditos interdisciplinares, a formatação de parâmetros mais diversificados, estes renovados espaços de ampliação do saber, permitiriam maiores possibilidades de mobilidade entre discentes e docentes. É por meio dessa compreensão que a Universidade deve, efetivamente, se transformar e fazer parte de um projeto coerente de reformulação nacional.

A maneira mais respeitosa de trazer a Universidade para perto do povo é fazendo muito bem o que ela sabe de fato fazer. Nesse aspecto, constato que, apesar de crises, problemas e obstáculos, a instituição universitária efetivamente incorpora a missão de produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura. Bem se justifica priorizar a excelência e a competência, pois de nada adiantará à Universidade ser pública, aberta e bem-intencionada se for improdutiva, medíocre e desvalorizada. (ALMEIDA FILHO, 2008, p.)

Nesse contexto de transformações históricas e a partir das ideias de Darcy Ribeiro, a Nova Universidade ganhou mais amplitude em suas discussões originárias. Dando sequência às discussões sobre esta proposta,

A internacionalização do ensino superior pode ser um caminho para o desenvolvimento social com justiça e bem-estar em vez de instrumento político e ideológico utilizado para abrir novos mercados econômicos. É chegada a hora de construir um tipo diferente e renovado de instituição universitária, capaz de atuar como instrumento eficiente de internacionalização da educação superior, orientado para o desenvolvimento com justiça e bem-estar social. Por trás da multiplicidade de temas e questões, de argumentos e personagens, escrevo enfim sobre o vínculo que nos une, o pacto que nos sustenta, nesta invenção que se chamou de Universidade. (ALMEIDA FILHO, 2008, p.110)

A concepção de que a internacionalização do ensino superior é um caminho para o desenvolvimento social ultrapassa os objetivos imediatistas baseados em interesses políticos e econômicos de alguns grupos. Neste ponto, o pensamento de Almeida Filho (2008) se alinha ao papel da Universidade como espaço de transformação social, assunto já analisado por Werner (KEENAN; VALLÉE, 1994), sendo um dos modelos possíveis para viabilizar os procedimentos institucionais de efetiva internacionalização universitária, objetivo central desta pesquisa.

Não basta acompanhar os editais de projetos internacionais e promover o intercâmbio entre estudantes e professores. Para que as Instituições se conectem de forma sustentável e equitativa gerando efetivos resultados para todas as partes envolvidas, é importante levar em consideração as diferenças e semelhanças culturais existentes entre as suas respectivas sociedades. Reconhecer e respeitar estas características é algo fundamental para que os resultados se desdobrem em atividades eficazes e eficientes para a transformação social. Para isso, as relações culturais devem ser observadas como fatores relevantes para as conexões universitárias. Sem essa percepção não é possível conceber a ideia de integração.

Segundo esta linha de compreensão, Fleuri (2005, p. 3) afirma que

O eixo conceitual em torno do qual se situam as questões e as reflexões emergentes neste campo, e que caracteriza os mais espinhosos problemas do nosso tempo, é o da possibilidade de respeitar as diferenças e de integrá-las em uma interação que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos. Isto vale, de fato, tanto para o discurso das diferenças étnicas e culturais, físicas e sociais, de gênero e de gerações, a serem acolhidas na escola e na sociedade, quanto para a distinção entre os povos, a ser considerada nos equilíbrios internacionais e planetários. Vale também para a diversidade das propostas metodológicas, assim como para a possibilidade da articulação em rede das informações e dos novos saberes nas formas do pensamento complexo. Enfim, estamos agora chamando de intercultura a este complexo campo de debate em que se enfrentam polissemicamente (constituindo diferentes significados, a partir de diferentes contextos teóricos e políticos, sociais e culturais) e polifonicamente (expressando-se através de múltiplos termos e concepções, por vezes ambivalentes e paradoxais) os desafios que surgem nas relações entre diferentes sujeitos socioculturais.

Eis mais um desafio para as Universidades na contemporaneidade: internacionalizar sem perder suas características culturais. Como preservar a cultura local sem anular a diversidade? É fundamental criar diferentes meios de convivência cultural e democrática potencializando este desafio como algo imprescindível para a efetividade das ações internacionais. Não existe cooperação internacional sustentável entre Universidades sem a compreensão da relevância da interculturalidade nestas ações. As atividades de intercâmbio solidário só se tornam possíveis com a existência de políticas de convivência e com respeito à relevância da multiculturalidade presente no contexto internacional. A multiculturalidade caracteriza a coexistência de diferentes culturas em uma mesma sociedade, mas é a interculturalidade que torna possível a produtividade dessa convivência. Todavia, o aprofundamento do conceito de interculturalidade, bem como as possibilidades de atuação prática dessa temática serão assuntos desenvolvidos ao longo dessa pesquisa. (FLEURI, 2005)

É necessário compreender que a cultura, assim como o planejamento institucional, são fatores fundamentais para o bom desempenho das ações internacionais nas Universidades. Trata-se de ampliar, de forma estratégica, a sensibilidade dos atores para lidar com o aparelho espiritual das sociedades: valores, identidade, hábitos, crenças, leis e tudo que der o tom particular de cada sociedade. São essas sociedades que, politicamente organizadas, constituem os Estados Nacionais e suas Instituições. Assim como são esses Estados que viabilizam políticas favoráveis e inclusivas de articulação internacional para o seu povo.

Em um ambiente efêmero e de ágil comunicação como o cenário contemporâneo, a cultura pode facilitar ou dificultar o relacionamento entre os Estados. Por isso, as questões culturais transversalizam as políticas externas dos Estados e, portanto, são imprescindíveis para a concretização das ações de internacionalização universitária. Sejam elas utilizadas para evolução social, como ferramentas de interesses políticos, e/ou como justificativa para diferentes estratégias que busquem a manutenção ou ampliação do poder nacional.

A internacionalização universitária é um instrumento de ampliação do conhecimento e o conhecimento é a via, o caminho efetivo, para o desenvolvimento sustentável. Porém, para ser efetiva e funcional, a internacionalização universitária precisa ser influenciada e influenciar a política do Estado, além de acompanhar de forma dinâmica as transformações do panorama mundial.

Importante ressaltar que a Universidade deve acompanhar o desenvolvimento global, mas não se limitar a isso. Ela precisa funcionar como um instrumento de transformação constante, um espaço direcionador para novas realidades levando em consideração as características e os interesses da sociedade local. Esse novo modelo renovado de instituição universitária é uma necessidade, e estar alheio a isso é acomodar os centros de saber ao papel de instrumento de interesses pontuais, tirando da Universidade a sua real fundamentação. (ALMEIDA FILHO, 2008)

A Nova Universidade, assunto defendido por Naomar Almeida Filho e Boaventura Souza Santos (2012), entre outros, surge do questionamento com relação ao preparo das Instituições para lidar com os desafios da conjuntura contemporânea. No Brasil, essas questões são ainda mais complexas. Temas como a interdisciplinaridade, autonomia e etnodiversidade ampliam a concepção de reforma universitária para um projeto de superação do modelo existente. A transformação em seu sentido pleno. Nesse sentido, a Universidade que se desenha deve promover a inclusão social e desenvolvimento humano de forma sustentável, estar integrada ao sistema geral de formação sem perder sua autonomia pedagógica e validar um projeto coerente de internacionalização institucional e acadêmica.

Entende-se que para formar sujeitos autônomos e multireferenciados existe um longo processo e isso inclui diversas variáveis. Sem aprofundar nessa temática, e seguindo o foco dessa pesquisa, é indispensável compreender a internacionalização como um dos elementos estratégicos para formação plena do indivíduo. Todavia, em um cenário em que as Universidades podem funcionar como instrumento de manutenção ou ampliação de poder (*Soft Power*), a interculturalidade se fortalece como um elo responsável de conexão para a efetiva integração entre povos, viabilizando o pleno desenvolvimento de suas respectivas sociedades**.**

A relação entre educação, internacionalização e desenvolvimento é clara, mas em um cenário global de interesses difusos, é fundamental entender o papel dos governos e das suas respectivas Políticas Externas para que as políticas educacionais dos Estados sejam formuladas, repensadas e transformadas em função do bem comum.

## 3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O GOVERNO LULA E A ESTRATÉGIA SUL-SUL – PROGRAMAS FEDERAIS DE INCENTIVO À COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL

A Política Externa é comumente analisada como o conjunto de estratégias utilizadas por um Estado para atuar no cenário internacional. Pode também ser analisada como o conjunto de ações que um estado desenvolve em torno dos interesses nacionais e/ou em busca da paz mundial. “A Política Externa, nesse sentido, é uma atividade estatal para fora que reflete os interesses de dentro. ” (MUNIZ, 2013, p. 1)[[3]](#footnote-3)

Sem entrar nas discussões teóricas em torno dos interesses da atuação dos Estados, mas levando em consideração as possibilidades distintas de interesses que podem nortear suas políticas, cabe aqui destacar a vertente da cultura como instrumento de fortalecimento do papel do Brasil como ator relevante no cenário internacional do eixo sul do globo.

Independente das visões teóricas românticas ou realistas, e de acordo com as recentes mudanças globais incluindo a inserção de novos atores e temas, a utilização da força se torna insuficiente como estratégia isolada para a atuação de alguns Estados Nacionais em tempos contemporâneos.

A transformação das características que produziam a homogeneização e a estratificação da sociedade internacional moderna em novas categorias políticas e sociais heterogêneas e diluídas, que marcam a emergência da sociedade internacional contemporânea, está ligada aos fenômenos como o transnacionalismo, a diversificação de centros de poder, a ampliação dos temas de interesse internacional e das dimensões de segurança, a atitude de cooperação entre os diversos atores internacionais, a incorporação da ideia de sociedade global e o entrecruzamento dos sistemas interestatal, supranacional e transnacional, formando uma sociedade de rede em nível global cujos efeitos ainda não são totalmente conhecidos. Dessa forma, com a redução das distâncias, a fragilização das fronteiras, a ruptura das identidades nacionais, a integração dos mercados, a formação de blocos regionais e o surgimento de novos atores internacionais e de novas polaridades políticas, que reforçam a tendência à cooperação e à integração dos diversos atores internacionais num cenário de alta complexidade, deixam de ter preponderância os critérios definidores do conceito realista tradicional das relações internacionais, baseados no Estado, no sistema de Estados, na anarquia internacional, no poder como razão de Estado e no equilíbrio de poder, passando a dividir a atenção da comunidade internacional com outros temas de igual interesse. (TRINDADE, 2007, p. 67)

Entende-se ainda que não é simples separar o externo do interno em um mundo cada vez mais globalizado. Existe uma clara conexão que sugere, no mínimo, afinidade entre os temas e a necessidade de novos meios de busca ou manutenção do poder. Assim, educação, cultura, comércio, saúde, entre outros temas que outrora eram legitimamente internos, são assuntos que em algum momento relacionarão o internacional com o local, e poderão ser utilizados como estratégias de Política Externa.

As políticas interna, externa e internacional compõem um *continuum* de processo decisório, e a Política Externa não se diferencia das demais políticas públicas. Esses pressupostos apoiam um ao outro de forma a permitir a reconcepção do processo decisório da Política Externa sob os referenciais da política pública. (SANCHEZ et al., 2006, p. 4)

Cabe ressaltar que o Governo Brasileiro atua no cenário internacional por meio do Ministério das Relações Exteriores - MRE, conhecido também pelo nome de Itamaraty. Assim, é importante ressaltar que

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão da administração pública federal responsável pelas relações do Brasil com os demais países e pela participação brasileira em organizações internacionais. Executa a Política Externa definida pela Presidência da República conforme os princípios estabelecidos no art. 4º da Constituição Federal. (MRE)[[4]](#footnote-4)

Ainda de acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a Política Externa Brasileira age em pelo menos três vertentes:

1. econômica: o nível educacional do país interfere no desenvolvimento econômico por meio da qualificação profissional e como ponto positivo para atração de capitais, investimentos e tecnologias. A qualidade educacional de uma sociedade é um instrumento de inserção competitiva no mercado internacional;
2. política: o intercâmbio de boas práticas e as ações de cooperação técnica representam significativa parte da Política Externa Brasileira, e isso ficou ainda mais intenso durante a gestão Lula. Com restrições cada vez maiores aos projetos de cooperação à fundo perdido para países em vias de desenvolvimento, a cooperação técnica internacional passou a ser um instrumento estratégico de atuação internacional para aquisição de capital político. A ideia de que o Brasil age fundamentado em princípios de solidariedade e respeito favorece a ampliação do poder do Estado no cenário internacional; e
3. cultural: a compreensão dentre e entre sociedades depende da boa convivência com suas diferenças. Nesse sentido o intercâmbio de experiências culturais favorece o estreitamento de laços sociais. Com isso, tem-se a formação de uma cultura nacional de integração, com forte significação humanista.[[5]](#footnote-5)

Mesmo que essas vertentes sejam (na maioria das situações) indissociáveis nas estratégias gerais de atuação internacional dos países, cabe aqui uma definição mais ampla das questões culturais como resposta ao objeto de estudo que essa pesquisa se propõe.

Entendendo, em linhas gerais, a cultura como o modo de vida de um povo, e compreendendo que ela pode ser um elemento aglutinador entre comuns no sentido de promover a autodeterminação dos povos e a ruptura com o *status quo*, o Governo do Brasil - na gestão Lula - utilizou em muitas situações a vertente cultural como instrumento para fortalecer suas relações com os países do eixo sul. Designados como periféricos ou em vias de desenvolvimento, quando juntos, esses Estados podem ter maior poder de atuação no cenário internacional. E o Brasil, por ser considerado um país pacífico e com grande extensão territorial e mercado consumidor, na percepção do Governo Lula, poderia ser o líder desse movimento. Isso favoreceria os interesses das partes nos segmentos políticos, econômicos e sociais e traria para o Estado Brasileiro o papel de liderança na América do Sul e em outros continentes abaixo da linha do Equador. (PALMA, 2006)

Aqui, a vertente da cultura vai ser analisada como um dos instrumentos de ampliação e manutenção de poder do Estado Brasileiro na gestão do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

3.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA GESTÃO LULA

O Brasil foi governado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, entre os anos de 2003 e 2010. A Política Externa desenvolvida nesse período destoou das orientações diplomáticas tradicionais de presidentes anteriores. Talvez por sua origem sindicalista, ou por sua raiz ideológica com base na, até então, oposição governista do Partido dos Trabalhadores, Lula foi considerado como um Presidente Nacionalista – Desenvolvimentista que buscava a inserção internacional do Brasil por meio da diversificação soberanista. Para isso, fortaleceu as relações comerciais, políticas e sociais com o eixo sul do planeta na tentativa de mudar a relação de forças no mundo. (ALMEIDA, 2007)

Durante esses anos o Estado brasileiro manteve a política de reafirmação de liderança política entre os países da América do Sul e, ao fortalecer seu papel de líder na região, o Brasil deixou de ser recebedor de ajuda internacional para exercer a função de doador em situações de cooperação técnica internacional. (VIZENTINI; PEREIRA, 2008) A mesma estratégia, ainda que com alcances distintos, foi concebida em outros países em vias de desenvolvimento, o que facilitou a atuação diplomática do Brasil com seus parceiros.

O Brasil, a China e, gradativamente, a Índia são os novos protagonistas da política internacional e da economia africana. Após um longo período de distanciamento, as relações do Estado e da sociedade brasileiras com o continente africano superaram a retórica e ganharam um novo impulso a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Os laços históricos, a condição de país com grande população de afrodescendentes e o debate interno em torno da igualdade racial, estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação. Mas, na aproximação com o continente africano, os aspectos estratégicos e econômicos são, seguramente, mais importantes. Embora a África seja um continente que apresenta índices alarmantes de pobreza, não é um continente estagnado, e representa um elemento fundamental para a inserção global do Brasil. (VIZENTINI; PEREIRA, 2008, p. 1)

Isso proporcionou crescentes oportunidades para ampliação de atividades tripartites, e esse novo eixo de Política Externa visando integrar Sul-Sul (América do Sul, África e Ásia), gerou crescentes e diversificadas oportunidades em diferenciados segmentos.

Nesse cenário, a vertente cultural se fortaleceu como um estratégico instrumento diplomático. Por meio da identificação com os Estados do Eixo Sul, entendimento comum e respeito mútuo, a cultura foi um elemento favorável para a realização interesses políticos e econômicos da Política Externa brasileira na gestão Lula. O Brasil utilizou a difusão cultural com o intuito de criar caminhos facilitadores para os diversificados objetivos da agenda internacional. Nesse caso, pode-se classificar essa estratégia como diplomacia cultural.

Em termos práticos a Diplomacia Cultural “implica o envolvimento de instrumentos do governo no processo de projeção de uma imagem favorável de uma nação junto ao público de outros Estados”. (PALMA, 2006, p. 173) Analisando o mesmo assunto, Ribeiro afirma que

O fator cultural emerge como uma ferramenta diplomática de extrema valia. Ao gerar um ambiente de identificação, entendimento e respeito mútuo, o fator cultural pode gerar um ambiente favorável à realização dos tópicos de Política Externa de caráter político, econômico, financeiro e de cooperação técnica. Quando um Estado se vale de seu aparato de difusão cultural com o intuito de abrir uma via facilitadora aos demais objetivos da agenda internacional, dizemos que este Estado se valendo de uma diplomacia cultural. (MACHADO, 2012, p. 7)[[6]](#footnote-6)

Joseph Nye (2004), já citado anteriormente, acreditava que a cultura poderia ser um instrumento de *Soft Power* por ser capaz de viabilizar pela atração, e não coerção, o alcance dos interesses nacionais no cenário externo de forma agregadora e pacífica.

Para ele, um dos fundamentadores da visão liberal das Relações Internacionais, ao fazer uma análise do poder no século XXI de forma generalizada, avaliou as perspectivas para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos e os desafios da ascensão dos grandes países emergentes. Em sua visão, o poder pode se manifestar em três vertentes: a capacidade de impor comportamentos e resultados; criar agendas e definir temas para o sistema internacional; moldar as preferências e interesses de parceiros e rivais.  Ainda aprofunda sua defesa de raciocínio classificando *Soft Power* como uma habilidade de cooptação, um meio de definir a agenda de temas e relevância de atores, de persuadir sem o uso da força e exercer atração positiva com outros Estados. Já o *Hard Power*, segundo ele, é o uso do poder de coerção. Nye apresenta ainda em sua obra as três fontes principais de *Soft Power*: a cultura, os valores políticos e a Política Externa. O que traz, no entanto, como argumento central ao fazer uma análise do caso norte-americano em seu livro, é o fato de que os desafios do século XXI devem ser abordados com uma correta combinação de *Hard* e *Soft Power*, designada por ele como *Smart Po*wer. (MENDONÇA, 2011)

Pelas características de atuação do Governo Brasileiro, percebe-se que o uso da força não se adequaria ao caso, e que talvez a compreensão de *Soft Power* seja mais coerente ao verificar as relações Sul-Sul desenvolvidas na gestão do Ex-Presidente Lula.

A construção de uma estratégia efetiva de *Smart Power* envolve cinco passos: definir claramente os objetivos da Política Externa, elencar corretamente os recursos de poder disponíveis em diferentes contextos, avaliar os recursos e preferências dos outros atores internacionais envolvidos na agenda de Política Externa, escolher uma estratégia adequada de poder (coerção ou cooptação) e analisar a probabilidade de sucesso do curso de ação escolhido (observando os limites domésticos e internacionais da estratégia elegida). Diferentemente dos conceitos de *Soft Power* e *de Hard Power*, o conceito de *Smart Pow*er é claramente normativo e envolve um juízo de valor de uma estratégia considerada superior às demais. (MENDONÇA, 2011, p. 7)

Assim, a linha norteadora teórica que essa pesquisa utilizou na interpretação da Política Externa da Gestão Lula identificou a utilização de características de Soft Power por meio da cultura (educação, valores comuns, políticas de reparação, entre outros) como instrumento de aproximação do Brasil com os países do eixo sul do globo.

Em *“The Means to Sucess in World Politics”*, Nye (2004) apresenta uma tabela relacionando os tipos de poder e as políticas governamentais que sintetiza um pouco da relação que essa pesquisa faz da Política Externa brasileira dos últimos anos com as ideias propostas por ele.

**Tabela 2** - Tipos de poder e políticas governamentais na visão de Joseph Nye

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Comportamentos** | **Moedas Primárias** | **Políticas Governamentais** |
| **Poder Militar** | CoerçãoDissuasãoDesencorajamentoProteção | AmeaçasForça | Diplomacia coercitivaGuerraAliança |
| **Poder Econômico** | InduçãoCoerção | PagamentosSanções | AjudaSubornosSanções |

**Tabela 2** - Tipos de poder e políticas governamentais na visão de Joseph Nye (continuação)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Comportamentos** | **Moedas Primárias** | **Políticas Governamentais** |
| **Poder Brando** | AtraçãoFormação de Agenda | ValoresCulturaPolíticasInstituições | Diplomacia públicaDiplomacia bilateral ou multilaterais |

Fonte: Nye, 2004

Analisando então a utilização da cultura como estratégia de ampliação ou manutenção de poder, é relevante não confundir qualquer relacionamento cultural internacional com Diplomacia Cultural. Esta passa pelo planejamento estratégico do Estado e visa a obtenção de outras prioridades da Política Externa, enquanto aquela, pode ser empreendida por qualquer ator social e tem o contato cultural como um fim em si mesmo.

De acordo com o Ministério do Planejamento do Governo Brasileiro, por meio de informações do Itamaraty, pode-se concluir que o Ministério de Relações Exteriores atuou de forma incisiva sobre os temas de difusão cultural.

O Programa de Difusão Cultural (PDC) do Itamaraty visa difundir a cultura brasileira no exterior e consiste em programação proposta anualmente pelos Postos no exterior. A existência de uma ampla rede de Postos no exterior, com capacidade para reconhecer as demandas locais relativas ao universo cultural brasileiro, confere a medida do vasto campo de atuação do Itamaraty. Além do PDC, os Acordos Culturais e instrumentos jurídicos têm o objetivo de estreitar os laços culturais entre o Brasil e outros países. (Política Externa - Catálogo de Séries Históricas).[[7]](#footnote-7)

Ainda sobre o Departamento, e de acordo com o próprio MRE:

O Departamento Cultural do Itamaraty é importante instrumento da diplomacia brasileira e desempenha uma variedade de atribuições que contribuem para a maior aproximação do Brasil a outras nações. Basicamente, o DC tem por função auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil. Além disso, ocupa-se do relacionamento do País com as instituições multilaterais de natureza cultural. Essas tarefas são levadas a efeito pelas seis Divisões do Departamento: Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), [Divisão de Temas Educacionais (DCE)](http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento/divisao-de-cooperacao-educacional-dce), [Coordenação de Divulgação (DIVULG)](http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento/coordenacao-de-divulgacao-divulg) e [Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV)](http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento/divisao-do-audiovisual-dav#documentContent).No âmbito das relações bilaterais, cabe ao Departamento Cultural negociar, nas comissões mistas periódicas, os programas de trabalho para implementação dos acordos culturais existentes. Também é da sua competência o acompanhamento e a orientação da rede de Institutos Culturais e Centros de Estudos Brasileiros no exterior e o repasse dos recursos necessários às atividades de divulgação cultural. No âmbito multilateral, cabe destacar a atuação brasileira na Unesco.[[8]](#footnote-8)

Já se sabe que a difusão cultural do Governo Brasileiro fica sob responsabilidade do Departamento Cultural. No entanto, pelo objeto da pesquisa, não serão aprofundadas as ações históricas ou segmentadas desse Departamento. Cabe aqui analisar especificamente a vertente cultural da Política Externa da Gestão Lula nesse espaço de articulação cultural internacional.

Assim, com atenção pontual para as ações com países do eixo sul do planeta, sabe-se que foram assinados, no período 2003-2008, aproximadamente 70 acordos, programas executivos e outros instrumentos de cooperação cultural, em especial com os países da América Latina e Caribe, África e BRICS[[9]](#footnote-9). Segundo o Plano Plurianual do MRE, de 2003, é possível identificar a reestruturação do Departamento Cultural, o que direciona a uma clara percepção da intencionalidade de expansão cultural como vertente estratégica da Política Externa na Gestão Lula:

Para 2003, estão previstos esforços nas seguintes vertentes: - reestruturação e capacitação do DC, no âmbito de suas novas competências, e das missões diplomáticas e consulares brasileiras para a divulgação do Brasil no exterior; - manutenção e evolução dos atuais resultados cujas atividades e iniciativas estão a cargo dos Sedivs e pelos setores culturais implantados nos quarenta postos, quatorze centros de estudos brasileiros, nove institutos culturais e na rede de leitorados, cátedras e escolas de língua portuguesa; - o desenvolvimento e implementação de uma nova ferramenta de gestão no âmbito do DC que permitirá uma maior efetividade e monitoramento das diversas iniciativas de divulgação promovidas. O novo sistema denominado Sistema de Gestão da Rede Cultural do MRE - DCNET oferecerá algumas facilidades aos usuários, tais como: inserção remota de dados, acompanhamento das ações, compartilhamento na gestão dos processos, visibilidade sistêmica das iniciativas de divulgação do DC e dos diversos postos no exterior, central de eventos, entre uma grande variedade de relatórios e informações.[[10]](#footnote-10)

Exemplos de realizações do referido Departamento Cultural no período 2003-2010 no âmbito das ações Sul-Sul:

1. após a criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBAS (2003), coube ao Departamento Cultural desenvolver na Cúpula de Presidentes em 2006 a concepção, produção e execução do espetáculo “Samwaad Milágrimas”, do coreógrafo Ivaldo Bertazzo;
2. centenário do arquiteto Oscar Niemeyer (2008): exposições comemorativas realizadas em Londres, Santiago, São Salvador, Assunção e Washington;
3. ano Villa-Lobos (2009): mais de 60 eventos voltados para a divulgação da obra do maestro Heitor Villa-Lobos, nos quatro continentes;
4. dia da Amizade Brasil – Cabo Verde (2010): apoio à iniciativa do Ministério da Cultura, que organizou missão cultural àquele país no âmbito das comemorações de 550 anos de seu descobrimento e 35 anos de sua Independência.

Foi possível identificar também a colaboração ativa do Departamento Cultural para a realização dos seguintes eventos:

1. itinerância da exposição AMRIK – Presença Árabe na América do Sul (2006);
2. concepção da agenda cultural paralela à I Conferência Internacional sobre o Futuro da língua Portuguesa (Brasília, março de 2010);
3. participação brasileira nas Bienais de Arte e Arquitetura de Veneza e Mercosul;
4. participação brasileira em aproximadamente 40 Feiras do Livro, em mais de 15 países.

De 2003 a 2010, o Itamaraty promoveu a divulgação da imagem do Brasil, por meio de diversas iniciativas que podem ser agrupadas da seguinte forma:

1. publicações - realizadas em vários idiomas, as publicações tiveram como temas principais: música brasileira (popular e erudita), culinária, capoeira, festas populares, teatro, futebol, integração física da América do Sul, indústria no Brasil, biocombustíveis, ciência, tecnologia e inovação;
2. exposições - ocorreram no período citado as seguintes mostras e exposições: D Cartunistas sul-americanos D AMRIK - a presença árabe na América do Sul D Oscar Niemeyer, 50 anos de Brasília D Cartas d´África (exposição sobre o movimento dos retornados, descendentes de escravos brasileiros que voltaram para a África, levando consigo aspectos da cultura brasileira em diversos planos);
3. programa Formadores de Opinião – programa que consiste no convite a jornalistas estrangeiros para visitarem o Brasil e conhecer projetos exitosos em setores diversos, tais como infraestrutura, cultura, ciência e tecnologia, esportes, planejamento urbano, entre outros;
4. programas de Rádio – apoio a programas de rádio sobre música e cultura brasileiras em quase todos os países onde o Brasil mantém missões diplomáticas;
5. internet – manutenção e atualização constantes da página eletrônica do Ministério, assim como de website específico do Departamento Cultural. Além disso, a Coordenação de Divulgação do Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores (DIVULG) apoiou, ao longo do período, a criação, manutenção e aperfeiçoamento das páginas eletrônicas de toda a rede de Postos no exterior.

Essas iniciativas acima especificadas apresentam, em números informativos e exemplos concretos, a estratégia utilizada pelo Governo Brasileiro para o fortalecimento das relações culturais do Brasil com os países do eixo sul do globo[[11]](#footnote-11). Foram listadas ações de promoção internacional do idioma, literatura, dança, música e vários outros elementos que compõem a cultura brasileira. Essas ações, em conjunto com as missões e visitas, aliadas às políticas públicas de incentivo aos intercâmbios interestatais favoreceram o alcance dos resultados e dos interesses governamentais envolvidos neles.

Para se ter uma ideia da atuação do Departamento Cultural (DC) do Ministério das Relações Exteriores na gestão Lula, é interessante identificar a execução orçamentária quase que total do que havia sido planejado, conforme planilha apresentada oficialmente pelo DC, ano base 2010.

**Quadro 2** – Orçamento do Plano Plurianual do Departamento Cultural do Itamaraty

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ações (Produto/Unidade deMedida) | Metas Físicas | Metas Financeiras (Reais) |
| Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
| Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros – 00CB (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE) | 600,00 | 2.634,00 | 1.500.000,00 | 1.493.359,62 |
| (RAP 2009) Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros – 00CB (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE) | 0,00 | 0,00 | 45.959,21 | 3.554,27 |
| Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior – 2530 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE) | 18.000,00 | 28.365,00 | 23.620.000,00 | 14.249.333,68 |
| (RAP 2009) Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior – 2530 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE) | 0,00 | 0,00 | 63.663,48 | 47.000,30 |
| Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior – 6641 (evento apoiado/UNIDADE) | 800,00 | 1.131,00 | 12.000.000,00 | 9.087.086,78 |
| (RAP 2009) Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior – 6641 (evento apoiado/UNIDADE) | 0,00 | 0,00 | 583.138,09 | 128.340,06 |
| Gestão e Administração do Programa – 2272 (-/-) | 0,00 | 0,00 | 2.880.000,00 | 2.853.211,33 |
| (RAP 2009) Gestão e Administração do Programa – 2272 (-/-) | 0,00 | 0,00 | 49.580,08 | 49.568,88 |
| Subtotal LOA + Créditos 2010 | 40.000.000,00 | 27.682.991,41 |
| Subtotal RAP 2009 | 742.340,86 | 228.463,51 |

Fonte: Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 – Ano base 2010 (MRE)[[12]](#footnote-12)

Importante ressaltar que as ações não se limitam às atividades desenvolvidas pelo Departamento Cultural do Itamaraty. O Governo Brasileiro, por meio do Ministério da Cultura, também fortaleceu sua estratégia por meio da seleção de editais e outras vias de incentivos voltadas para projetos sociais e empresariais, assunto que não entra no objeto dessa pesquisa, mas que não pode ser alijado das informações gerais que fundamentam o estudo.

Nos mandatos do Ex-Presidente Lula o modelo de Leis de Incentivo foi mantido. Nele, o Estado cede à iniciativa privada a utilização de recursos públicos para elaboração e gestão de ações culturais. (SILVA; DUTRA, 2012) A esse modelo, Lula acrescentou a política de editais.

Sob o pretexto de expandir as políticas públicas para além dos interesses das grandes empresas, elaborou-se um modelo de fomento direto a pequenos e médios projetos. Lançando vários editais públicos, o Ministério da Cultura (MinC) transferiu recursos públicos para o financiamento de centenas de projetos culturais e terceirizou as avaliações de mérito dos projetos, contratando avaliadores ad hoc, traço comum entre a política de editais e o modelo das LI. (SILVA; DUTRA, 2012, p. 14) [[13]](#footnote-13)

Sem entrar na discussão crítica dos modelos de Leis de Incentivos e Editais, cabe aqui, no âmbito dessa pesquisa, confirmar a existência de outros caminhos de utilização da cultura para alcance dos objetivos estatais. Afirmando que as ações de cultura incentivadas pelo estado Brasileiro podem ser viabilizadas de diferentes formas e métodos, é relevante dar atenção aos canais internacionais de promoção cultural. Os autores seguem afirmando que:

Dos “modelos de gestão” neoliberal surgiu a “economia da cultura”. Produto da miséria da discussão conceitual sobre a cultura brasileira e afim ao caráter colonialista e etnocêntrico das políticas transnacionais de cultura elaboradas em organismos internacionais, como a Unesco ou a OMC, a economia da cultura tornou-se o eixo diretor das políticas públicas de cultura. [[14]](#footnote-14)

Mais uma vez, é relevante frisar que cabe a essa pesquisa absorver as informações relevantes ao objeto de estudo, sem entrar na discussão crítica da efetividade das políticas públicas culturais durante a gestão do Ex-Presidente Lula. Ainda que não tenha sido possível enumerar, entre essas ações, as que foram voltadas para o eixo Sul-Sul, coube aqui apresentar os caminhos que podem ter sido utilizados de forma direta ou indireta para a promoção internacional da cultura brasileira com foco no estreitamento de vínculos com os países localizados abaixo da linha do Equador.

Essas ações transversais podem ter seguido ainda por diferentes linhas. Analisando, por exemplo, a atuação política diplomática Sul-Sul com relação à África, de acordo com Trindade (1998) foi possível observar, durante o Governo Lula, expressivo aumento do número de embaixadas brasileiras de 17 para 34, também entre 2003 e 2006 o número de Embaixadores africanos no Brasil saltou de 16 para 25. Além disso, em seus dois mandatos o Ex-Presidente visitou mais de 25 países deste continente e o comércio do Brasil com os países africanos saltou de cinco para 26 bilhões de dólares. Outras questões ideológicas pontuais e o alinhamento entre Política interna e externa entre diferentes Ministérios e atores, fizeram da Era Lula um momento de fortalecimento internacional sustentado e sendo influenciado por políticas internas como as raciais e de reparação. (TRINDADE, 1998)

Ainda sobre a África, especificamente no segmento da educação, de acordo com a pesquisa do IPEA por Menezes e Ribeiro (2011, p. 10):

Na área da educação foram realizados 55 atos bilaterais com mais de 20 países, destacando-se 19 memorandos de entendimento e 21 acordos. Dentre os acordos, ressalta-se a criação da UNILAB, a Implementação de programas diversos de apoio na área de educação a países da CPLP e o programa “linguagem das letras e dos números”, que promoveu capacitação de 120 professores de matemática e português de Cabo Verde.

É importante compreender que, com relação à multiplicidade de meios e atores, em se tratando do segmento da educação, as Universidades possuem autonomia para fazer seus convênios e acordos. Todavia, esse nível de análise, ainda que relevante, não é o objeto desta investigação científica. Coube, neste ponto da pesquisa, abordar a perspectiva geral que trata da relação entre a Política Externa do Governo Lula e os seus reflexos na internacionalização do ensino superior no Brasil levando em consideração que o Ex-Presidente Lula, ao destinar ao tema da cooperação Sul-Sul um lugar de destaque em sua diplomacia, ampliou as possibilidades de cooperação entre semelhantes (até então tratados como periféricos) trazendo novas configurações geopolíticas. Para isso, utilizou a cultura como um ativo instrumento, ainda que não único. Importante ressaltar que a execução dessas iniciativas não ficou restrita ao território brasileiro, pois foram compostas também pelo incentivo de ações em outros países e neles também o envolvimento de diversificados atores.

Esta é mais uma das características abordadas por Nye como estratégias de *Soft Power*. Assim, é importante destacar que

A grande maioria dos projetos que o Brasil executa na África contempla algum tipo de cooperação em formação profissional. Áreas como educação, saúde, agricultura e esporte envolvem quase sempre a formação de recursos humanos nos países em que são estabelecidas as parcerias. Junto com o MRE, verifica-se a participação de outras instituições sociais como ONG’s ou mesmo sem a vinculação governamental a iniciativa privada busca ajudar na formação de profissionais. Quanto à iniciativa da gestão Lula merecem destaque dois memorandos de entendimento assinados pelo Instituto Rio Branco e academias diplomáticas do Quênia e do Egito, além de Acordo de cooperação com a Academia Real Marroquina de Diplomacia, os Ajustes Complementares para implementação de núcleos de formação profissional (Angola, Zâmbia, Moçambique, Guiné- Bissau, entre outros), e os dois ajustes complementares relativos a formação de recursos humanos para produção de cana-de-açúcar e de palma africana no Congo. Há participação nesses projetos dos Ministérios da Saúde, Educação, Esporte e Agricultura. SENAI e SENAC são instituições cujas iniciativas também se destacam. (MENEZES; RIBEIRO, 2011, p. 11)

Fica clara a intenção do Governo Brasileiro em estreitar relações com os países do eixo sul, e a utilização direta ou indireta da cultura – especificamente aqui tratando de educação - como um desses caminhos. Dessa forma, o estudo de caso entre as relações do Brasil no hemisfério Sul do planeta é resultado da identificação de que este cenário foi tratado como uma das prioridades da atuação internacional do país durante nesse período.

Como essa linha de análise aqui apresentada é fundamentada na atuação do Governo Brasileiro, é mister apresentar com mais detalhes os programas e projetos federais internacionais na área de educação que foram desenvolvidos ou incentivados durante este período.[[15]](#footnote-15)

3.2 PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL VOLTADOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

**3.2.1 Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados**

O Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados – **MARCA** - foi desenvolvido pelo setor educacional do Mercosul. Ainda que não tenha sido criado pelo Governo Brasileiro, sua implementação foi resultado da intensificação das relações políticas, comerciais e sociais do bloco regional. É um programa voltado para os membros e associados do Mercosul, criado em 2007, e tem média semestral de duração. O Marca é voltado apenas para os cursos creditados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul e Estados associados (ARCU-SUL), que é um esquema comum de acreditação baseado em critérios de qualidade previamente acordados entre especialistas acadêmicos dos países que participam do Programa no Brasil, o ponto focal do Programa é gerenciado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, e contempla algo em torno de 27 Universidades.[[16]](#footnote-16)

Assim como o Mercosul trata de assuntos políticos gerais, a educação no bloco sul do continente americano também tem direcionamentos que favorecem o intercâmbio de conhecimentos entre os países membros, bem como o estreitamento das relações sociais entre seus povos.

No âmbito do Sistema ARCU-SUL, acreditação é o resultado do processo de avaliação por meio do qual é certificada a qualidade acadêmica dos cursos de graduação, estabelecendo os critérios de qualidade previamente aprovados no âmbito regional para cada diploma. Importante salientar dois pontos: o respeito às legislações nacionais de cada Estado e a dificuldade de trânsito dos profissionais mesmo após o reconhecimento qualitativo da formação. Ainda que se reconheça a importância do respeito às Leis de cada Estado, não é possível continuar com a restrição de mobilidade profissional. Se existe acreditação, que ela seja o motor propulsor da integração efetiva. Isso é uma contradição no programa que reconhece a qualidade do ensino, mas não viabiliza a atuação profissional dos alunos ali inseridos.

Sem entrar no mérito político e social dos entraves do Mercosul, cabe apresentar o programa levando em consideração a dificuldade de continuidade dessas iniciativas. Esse programa não é muito divulgado, e muitos alunos e professores desconhecem as possibilidades de atuação acadêmica e científica entre os países do Mercosul, dentro e fora das salas de aula. Além disso, é fundamental compreender que um acordo que não viabiliza a atuação profissional do estudante no país após a sua formação não está focado, em sua plenitude, nas três funções sociais da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Afinal, como imaginar a academia desconectada da atuação profissional dos alunos? Se existe um interesse de aproximação entre os Estados, que seja criada uma alternativa para que ele seja efetivo e coerente com a educação comum que está se propondo para os seus cidadãos. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, o termo

“Acreditação” aqui é utilizado especificamente no âmbito do Mercosul e diferenciado dos termos “credenciamento”, que se refere a procedimento de autorização de funcionamento de instituição de educação superior no sistema brasileiro e “reconhecimento de curso” que se refere a um procedimento legal também do sistema nacional. Através do ato de acreditação, Estados membros e associados do Mercosul reconhecem mutuamente a qualidade acadêmica dos títulos ou diplomas outorgados por Instituições Universitárias, cujos cursos de graduação tenham sido acreditados conforme o Sistema ARCU-SUL, durante o prazo de vigência que estabelece o documento emitido pela respectiva Agência Nacional. O reconhecimento da qualidade acadêmica dos títulos ou diplomas de grau universitário que venha a ser outorgado em decorrência dos procedimentos ARCU-SUL não outorga, em si, direito ao exercício da profissão nos demais países.[[17]](#footnote-17)

Com base nesses princípios e visando a articulação democrática entre os países, o Sistema ARCU-SUL na estrutura do Setor Educacional do Mercosul funciona da seguinte forma: as Agências Nacionais de Acreditação, órgãos executivos do Sistema ARCU-SUL, organizam-se como uma Rede que cria suas próprias regras de funcionamento e adota decisões por consenso. A Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA), dentro do Setor Educacional do Mercosul, está ligada diretamente à Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior, como se descreve na Figura 1.

**Figura 1** – Estrutura ARCU-SUL

Fonte: <http://arcusul.mec.gov.br/index.php/pt-br/estrutura>

Ainda que tenha como alternativa os programas de dupla diplomação, o Programa Marca enfrenta também alguns problemas na área de revalidação, o que o impede de ampliar suas atividades com maior efetividade. Isso se deve a divergência das grades curriculares, e ao fato de que não existir algo, sequer parecido, com o Protocolo de Bolonha na América do Sul. A Declaração de Bolonha é um documento conjunto acordado pelos Ministros da Educação dos países europeus que estabelece, desde 1999, políticas comuns e equivalências curriculares nos sistemas de ensino dos Estados da União Europeia. As dificuldades enfrentadas pela inexistência de efetiva integração acadêmica na América do Sul não apenas dificultam como atrasam os processos de evolução socioeconômica para os países que fazem parte do Bloco.[[18]](#footnote-18)

Por ser um programa de mobilidade, entende-se que ele é interessante por ampliar as possibilidades de intercâmbios entre alunos, professores, pesquisadores e coordenadores dos países do Mercosul. Entretanto, para o que se entende como promoção efetiva de integração, ainda está longe de ser eficaz. É necessário algo mais amplo e mais unificador para isso. O Marca pode ser um dos caminhos, mas ainda precisa de outros elementos para que seja considerado um elo real para a integração acadêmica sul americana.

**3.2.2 Programa de Mobilidade Mercosul**

Assim como o Programa Marca, o **PMM** é um Programa de Mobilidade Mercosul em Educação Superior. Apesar de ser oriundo de um acordo institucional entre a União Europeia e o Mercosul, em 1991, o PMM só foi efetivado a partir da assinatura do convênio de financiamento, em 2008. O que o diferencia daquele é que este é financiado por meio da parceria com a União Europeia e o Mercosul. Tem atuação limitada, numericamente falando, pois abrange algo em torno de 180 casos. Tem como objetivo facilitar o intercâmbio estudantil entre os países membros do Mercosul. De acordo com a organização do Programa, o

Objetivo global del proyecto es: apoyar la conformación de una ciudadanía MERCOSUR con un sentimiento de pertenencia a la región entre los miembros de la comunidad universitaria de los 4 países. El objetivo específico del proyecto es contribuir a la consolidación y expansión del programa de movilidad de estudiantes universitarios de grado del MERCOSUR.[[19]](#footnote-19)

Percebe-se que mais uma vez, incorre-se ao mesmo equívoco de acreditar que a mobilidade, por si só, pode ser o caminho objetivo da integração. Não que esse meio deva ser desprezado, mas compreende-se que o sentimento de pertencimento vai muito além da migração de discentes e docentes. Ao contrário, é necessário um estreitamento de vínculos socioculturais e objetivos comuns. Assuntos ainda incipientes no âmbito de integração do Mercosul.

Importante ressaltar que em nenhum dos programas anteriores, nos índices de resultados, fez-se estudo sobre a adequação desses estudantes, ou sobre a qualidade integracionista das experiências. Apesar de o Programa prever a realização de seminários interculturais e do fato de que a disseminação da integração regional está configurada entre os seus objetivos, essa realidade ainda não pode ser comprovada porque faltam dados informativos sobre a efetividade dos resultados. Além disso, seria necessária a ampliação numérica e qualitativa das ações e o fortalecimento de políticas educativas e profissionais comuns no bloco regional.

Esse pode ser um caminho, mas não é suficiente por si só. As Universidades brasileiras ainda não concebem as parcerias com a América do Sul da mesma forma com que o Governo Lula priorizou. Existe um claro distanciamento entre a Política Externa e as ações acadêmicas. Percebe-se isso nos números do próprio programa, por exemplo. No Brasil, o Programa é gerenciado pelo Ministério da Cultura e envolve cerca de 19 Universidades (cerca de 30% do total), entre públicas e privadas, incluindo discentes e docentes nos programas de mobilidade e capacitação. Todavia, das 38 propostas de subvenções apresentadas ao programa, somente 04 foram brasileiras. Apesar de o Brasil ser o segundo país com maior número de Universidades credenciadas – perde apenas para a Argentina - foi o Estado que apresentou o menor número de projetos (cerca de 10% do total) do Mercosul.[[20]](#footnote-20)

Longe de aprofundamento no assunto e sem a intenção de fazer críticas negativas sobre os programas, o objeto em questão apenas mensura que as Universidades brasileiras não priorizam ações com o Eixo Sul. E, ainda que poucos ou numericamente inexpressivos, são diversificados os Programas Federais, apenas conclui-se que podem não ter sido amplamente divulgados e ou priorizados pelas IES. Isso traz a reflexão da falta de alinhamento da Política Externa com a atuação internacional das Universidades brasileiras, e a necessidade reversão desse quadro e de maior aprofundamento das ações de cooperação acadêmica internacional entre países com proximidade geográfica e/ou características semelhantes.

**3.2.3 Programa de Estudante Convênio de Graduação**

No âmbito dos Programas Federais, destaca-se o Programa de Estudante Convênio de Graduação – PEC-G, que foi criado oficialmente em 1965, pelo Decreto nº 55.613, mas que agora é regido pelo Decreto nº 7.948. De acordo com o Departamento de Cultura do Ministério de Relações Exteriores, o

 Programa de Estudante Convênio de Graduação - PEC-G oferece possibilidades de bolsas de para cidadãos oriundos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil desenvolve cooperação cultural e ou educacional, incluindo ali os africanos. O PEC–G foi desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação, em parceria com as Universidades públicas e privadas do país. Atualmente, são 57 os [países participantes](http://www.dce.mre.gov.br/paises_participantes.html) no PEC-G, sendo 25 da África, 25 das Américas e 7 da Ásia. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia.[[21]](#footnote-21)

Ao longo da última década, foram mais de seis mil os selecionados pelo Programa PEC-G. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para os países de língua portuguesa, especificamente Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola (Tabela 3).

**Tabela 3** – Índices do Programa PEC-G na África

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PAÍS** | **2000** | **2001** | **2002** | **2003** | **2004** | **2005** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **TOTAL** |
| **África do Sul** |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | **0** |
| **Angola** | 3 | 21 | 29 | 23 | 33 | 11 | 31 | 28 | 91 | 68 | 48 | 83 | 61 | 53 | **583** |
| **Benin** |   |   |   |   |   |   |   |   | 11 | 5 | 7 | 19 | 40 | 37 | **119** |
| **Cabo Verde** | 117 | 65 | 227 | 263 | 192 | 230 | 314 | 265 | 381 | 206 | 133 | 76 | 100 | 88 | **2657** |
| **Camarões** |   |   | 1 |   |   |   |   | 2 | 1 |   | 3 | 6 | 4 | 9 | **26** |
| **Costa do Marfim** |   |   |   | 1 | 1 |   |   | 3 | 1 |   |   |   | 1 | 4 | **11** |
| **Gabão** |   | 11 |   | 2 | 1 | 1 | 3 | 4 |   |   |   |   |   |   | **22** |
| **Gana** | 2 | 3 | 7 | 9 | 11 | 6 | 3 | 3 | 6 |   | 1 | 1 |   | 7 | **59** |
| **Guiné-Bissau** | 36 | 88 | 111 | 97 | 58 | 186 | 159 | 19 | 133 | 181 | 95 | 55 | 118 |   | **1336** |
| **Mali** |   |   |   |   |   |   | 2 |   |   |   |   |   |   |   | **2** |
| **Marrocos** |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | **0** |
| **Moçambique** | 12 | 13 | 27 | 21 | 26 | 27 | 13 | 9 | 4 | 4 | 9 | 7 | 6 | 13 | **191** |
| **Namíbia** | 1 | 1 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | **2** |
| **Nigéria** | 9 | 6 | 7 | 11 | 14 | 27 | 19 | 22 | 32 |   |   | 12 | 1 | 2 | **162** |
| **Quênia** |   | 4 | 14 | 14 | 11 | 12 | 5 |   | 6 | 3 | 3 | 3 |   | 2 | **77** |
| **R. D. Congo** |   |   |   |   |   |   |   | 9 | 106 | 46 | 78 | 92 | 26 | 19 | **376** |
| **Rep. Congo** |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 4 | 6 | **10** |
| **S. Tomé & Príncipe** |   |   | 24 |   | 47 | 147 | 35 | 13 | 12 | 4 | 6 | 19 | 5 | 3 | **315** |
| **Senegal** | 7 | 2 | 4 | 1 | 1 | 3 | 5 | 1 |   |   |   | 1 | 1 | 4 | **30** |
| **Togo** |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 4 | 11 | 8 | **23** |
| **TOTAL** | **187** | **214** | **451** | **442** | **395** | **650** | **589** | **378** | **784** | **517** | **383** | **378** | **378** | **255** | **6001** |

Fonte: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php

Na América Latina, ainda que exista maior proximidade geográfica, a participação não teve a mesma intensidade. Com exceção do Paraguai, os números não são tão significativos para quantificar os participantes advindos de Estados do Mercosul. Como é possível analisar na Tabela 4, a seguir, além do Paraguai, a maioria dos Latino-Americanos do Programa PEC-G são oriundos do Equador e do Peru.

**Tabela 4** - Índices do Programa PEC-G na América Latina

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PAÍS** | **2000** | **2001** | **2002** | **2003** | **2004** | **2005** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **TOTAL** |
| **Argentina** | 1 |  | 1 | 1 |  | 6 | 2 |  |  |  | 1 | 1 |  |  | 13 |
| **Barbados** |  |  |  | 1 |  |  |  | 5 | 2 | 2 | 5 | 3 | 1 | 4 | 23 |
| **Bolívia** | 12 | 9 | 10 | 4 | 1 | 6 | 11 | 5 | 4 | 13 | 11 | 4 | 1 | 7 | 98 |
| **Chile** | 4 | 4 | 3 | 1 | 1 |  | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 32 |
| **Colômbia** | 5 | 11 |  | 3 | 5 | 3 | 4 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 6 | 8 | 57 |
| **Costa Rica** |  | 2 | 2 | 3 | 1 | 3 | 3 | 1 | 4 |  | 3 | 2 | 1 | 1 | 26 |
| **Cuba** |  |  |  |  | 1 | 3 | 3 | 2 | 4 | 5 | 8 | 7 | 11 | 3 | 47 |
| **El Salvador** | 1 |  | 1 | 2 |  | 1 | 1 | 2 |  |  | 1 |  | 3 | 3 | 15 |
| **Equador** | 3 | 12 | 3 | 6 | 6 | 9 | 19 | 19 | 19 | 32 | 7 | 11 | 17 | 11 | 174 |
| **Guatemala** | 1 |  | 4 |  | 3 | 3 | 2 | 1 | 1 |  | 4 | 4 | 4 | 4 | 31 |
| **Guiana** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 0 |
| **Haiti** |  |  |  |  |  |  | 2 | 15 | 12 | 8 | 11 | 3 | 3 | 10 | 64 |
| **Honduras** | 1 | 4 | 9 | 7 | 3 | 5 | 7 | 9 | 4 | 3 |  |  | 3 | 21 | 76 |
| **Jamaica** |  |  | 5 | 4 | 3 | 7 | 5 | 3 | 4 | 5 | 10 | 6 | 8 | 10 | 70 |
| **México** |  |  |  | 1 |  |  |  |  |  | 1 |  |  | 2 | 3 | 7 |
| **Nicarágua** |  | 2 |  |  |  |  |  | 1 |  |  | 3 |  | 1 |  | 7 |
| **Panamá** | 14 | 12 |  |  |  |  | 1 | 2 | 2 | 3 | 8 | 1 | 5 | 1 | 49 |
| **Paraguai** | 70 | 86 | 85 | 43 | 20 | 68 | 48 | 42 | 42 | 32 | 28 | 26 | 22 | 24 | 636 |
| **Peru** | 18 | 23 | 11 | 2 | 5 | 12 | 13 | 11 | 14 | 11 | 11 | 7 | 7 | 16 | 161 |
| **Rep. Dominicana** |  |  |  |  | 1 | 1 | 1 |  |  | 1 |  |  | 1 | 1 | 6 |
| **Suriname** |  | 1 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 1 |
| **Trinidade & Tobago** | 2 | 5 | 2 | 4 |  |  | 2 | 1 | 1 | 2 |  | 2 | 1 | 2 | 24 |
| **Uruguai** | 1 | 1 | 2 |  | 1 | 1 | 1 |  |  | 1 |  |  |  |  | 8 |
| **Venezuela** | 1 |  | 2 |  | 1 | 2 |  |  | 1 | 1 |  | 3 |  |  | 11 |
| **TOTAL** | **135** | **172** | **140** | **82** | **52** | **130** | **127** | **125** | **118** | **125** | **115** | **84** | **99** | **132** | **1636** |

Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>

Na Ásia, os índices não foram muito significativos, talvez pela distância geográfica e diferença cultural. Dos índices registrados, os timorenses respondem pelo maior número de alunos. Um dos motivos pode ser o fato de Timor ter o português como uma das línguas oficiais. Outro fator quer pode ter contribuído é o do Brasil ter feito parte de missões de paz pela ONU no Timor[[22]](#footnote-22).

**Tabela 5** - Índices do Programa PEC-G na Ásia

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| PAÍS | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | TOTAL |
| **Paquistão** |  |  |  |  |  |  |  | 2 | 2 |
| **Tailândia** |  |  |  |  |  |  |  | 1 |  |
| **Timor Leste** | 1 |  |  |  |  | 1 |  | 34 | 36 |
| **TOTAL** |  |  |  |  |  |  |  |  | **39** |

Fonte: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php

O que se percebe é que o Programa PEC-G é uma iniciativa relevante para a internacionalização do ensino superior no Brasil por incentivar o intercâmbio de professores, alunos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e advindos de diversificadas culturas. Ainda assim, como se pode observar, as análises oficiais são demonstradas por meio de números. Faltam dados qualitativos oficiais sobre essas experiências. Outro fator que fica claro é que os números aqui apresentados corroboram com a proposta apresentada nesta pesquisa de que as os programas educacionais internacionais desenvolvidos por meio de promoção cultural do Brasil, na gestão do Ex-Presidente Lula, foram voltados para os interesses de estreitamento entre os Estados do Eixo Sul. Mais que isso, eles foram voltados para ações de aproximação cultural, mas não deflagraram estatisticamente a mesma preocupação com a convivência intercultural resultante desses processos.

**3.2.4 Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira**

Assim como os Programas de Governo educacionais que auxiliaram no estreitamento das relações SUL-SUL no segmento da educação, é relevante analisar algumas outras iniciativas paralelas que foram desenvolvidas durante a gestão do Ex-Presidente Lula e que contribuem para melhor análise do tema.

A criação da Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab em 2010, foi uma dessas iniciativas. De acordo com a Exposição de Motivos do Projeto de Lei de Criação da Unilab, enviado à Presidência da República em 22 de julho de 2008, a Universidade foi pensada com base na cooperação acadêmica internacional voltada para os interesses estratégico do Brasil em relação ao eixo sul do planeta.

Além da superação dos desafios internos, cabe aos países em melhores condições de desenvolvimento cooperar para que aqueles países em condições desfavoráveis vençam os obstáculos estruturais que impedem o desenvolvimento global. Nos últimos anos, o Brasil tem realizado importantes parcerias no âmbito da cooperação Sul-Sul rumo à concretização deste objetivo. Dentre os principais parceiros, especialmente no âmbito da educação superior, estão os países pertencentes à África e à América Latina, principalmente aqueles com baixo Índice De Desenvolvimento Humano -IDH, destacando-se os países africanos de língua oficial portuguesa - PALOPS. Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessária a criação de uma instituição específica, a universidade federal da integração luso-afro-Brasileira -UNILAB, que se apresente como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias que intensifiquem o intercâmbio com instituições do exterior e que contribua na inserção do sistema de ensino superior Brasileiro no cenário internacional.[[23]](#footnote-23)

Autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, a Unilab teve seu Campus principal instalado na cidade de Redenção, Ceará, em 2010 (Gestão Lula). É uma Universidade residencial, o que permite maior convivência e intercâmbio de conhecimentos e culturas. Além disso, a formação acadêmica é dividida em cinco etapas que vão da inserção na vida universitária, passando pela formação geral, formação básica, profissional, finalizando com a inserção do aluno no mercado de trabalho de forma monitorada pela Unilab em parceria com seus países de origem. As diplomações são duplas (Brasil e outro país) e o corpo docente, assim como o discente, é misto. Composto proporcionalmente por brasileiros e cidadãos de países de língua portuguesa.

Essas características proporcionam à UNILAB uma experiência ímpar no cenário brasileiro. Talvez um exemplo de interculturalidade que merece ampliação de estudo em outro momento. Esse é um caso em que a internacionalização supera a percepção simplista da mobilidade, trazendo características de atuação internacional desde o seu planejamento estratégico, por meio da consonância com a Política Externa brasileira, e através das etapas de vivência profissional, acadêmica e de pesquisa em que os alunos e professores são inseridos do início ao final da sua experiência.

Em números, a Unilab prevê para 2016 a quantidade de 2.500 estudantes brasileiros e 2.500 estrangeiros, número consideravelmente superior aos de hoje, que quantifica 1.446 brasileiros e 610 estrangeiros na graduação e 93 de pós-graduação. São 77 pesquisas em andamento e 30 acordos de cooperação acadêmica internacional envolvendo todos os países de língua portuguesa. O perfil dos professores, assim como dos técnicos também é misto, o que permite experiência multicultural na rotina de todos os que fazem parte desta iniciativa.[[24]](#footnote-24)

O fato de uma instituição ter sido criada com vagas equilibradas para nacionais e estrangeiros, apresentar diferentes modalidades acadêmicas de cooperação técnica, de ter um quadro misto de professores, de ter sua doutrina internacional desde o planejamento, faz da Unilab a maior e mais interessante iniciativa internacional de uma instituição de ensino superior no Brasil.

Ainda que não seja possível validar os resultados dessa experiência pelo tempo de criação, o que se sabe é que, até o que é possível analisar, esse é um “rico” modelo a ser pesquisado e incentivado detalhadamente. Tanto como exemplo de internacionalização efetiva, como de prática intercultural. E isso pode ser verificado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da IES. Desde a sua concepção,

Em meados de 2008, os ministros da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Fernando Haddad e Paulo Bernardo Silva, respectivamente, escreveram, ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, uma carta de exposição de motivos para a criação da UNILAB. Nesta exposição de motivos, a criação da UNILAB já transparece dois importantes contextos dos rumos da educação superior: a interiorização e internacionalização do ensino público.[[25]](#footnote-25)

Sobre a interiorização, o PDI da Unilab afirma que, em sua política educacional, caminha na mesma proposta dos objetivos do Governo Federal com a proposta de expansão por meio da interiorização. Não apenas atuando em capitais e centros urbanos. Dessa forma, a IES pretende fomentar, por meio dos amplos e diversificados acessos à educação superior, novos instrumentos de inclusão social. Isso trouxe ao PDI da Unilab uma proposta central voltada para “a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental. ”[[26]](#footnote-26)

Com relação ao processo de internacionalização, a Unilab também segue a linha do Governo Federal por meio das diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, instituído em 2001, que

Destinou “às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional”. Assim, além de buscar a superação das desigualdades internas, a o projeto de criação da exposição de motivos para a criação da Unilab coloca a nova universidade “como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias que intensifiquem o intercâmbio com instituições do exterior e que contribua na inserção do sistema de ensino superior Brasileiro no cenário internacional”. A exposição de motivos para a criação da Unilab é, assim, arquitetada enquanto agente propulsor das atividades de cooperação internacional com os países da África, em especial os PALOPS, proporcionando mecanismo de criação, expansão e divulgação de oportunidades de mobilidade acadêmica entre Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa -CPLP e da África.[[27]](#footnote-27)

Para viabilizar seu projeto, a Unilab se configurou como uma universidade residência acolhendo, em convívio, diferentes culturas e promovendo integração entre elas dentro e fora das salas de aula. Em janeiro de 2013 iniciaram as construções de seis edifícios de moradia estudantil, podendo acolher cerca de 700 estudantes.[[28]](#footnote-28)

Percebe-se, então, clara conexão da criação da Unilab com a Política Externa do país, além do alinhamento com os interesses institucionais na proposta da criação de um novo modelo de Universidade. Outro ponto interessante é o fato de buscar a internacionalização desde sua formação, passando pelo planejamento estratégico da IES. Por fim, alinhada à Política Externa, internacionalizada em seu projeto institucional, percebe-se a produção da interculturalidade como estratégia de efetivação dos seus objetivos ao incluir novos meios de cooperação internacional, desenvolvendo mistura igualitária de diversificadas culturas entre o corpo discente e docente, promovendo integração dentro e fora das salas de aula e concebendo diferentes formas de pensar, ensinar, pesquisar e produzir. Ao sair do lugar comum, a Unilab oferece um amplo espaço para ser pioneira, no Brasil, neste segmento.

**3.2.5 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**

Outra iniciativa relevante durante a gestão Lula foi a atuação internacional do INEP. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, é uma autarquia ligada ao MEC e, apesar de criado no ano de 1937, durante a Gestão Lula passou por uma significativa reformulação interna. Muitas ações internacionais foram desenvolvidas pelo Instituto entre 2003 e 2010, mas alinhando-se ao recorte temático dessa pesquisa, o assunto aqui abordado será sua atuação no RIACES. A Rede Iberoamérica para a Acreditação da Qualidade da Educação Superior é uma associação sem fins lucrativos, formalmente criada em 2003, com o objetivo de contribuir para padronização qualitativa do ensino superior nos países iberoamericanos. O Brasil, por intermédio do INEP, é membro desde 2004.

De acordo com a Unesco, a RIACES tem como um de seus objetivos:

Contribuir al desarrollo progresivo de un sistema de acreditación que favorezca el reconocimiento de títulos, períodos y grados de estudio, y programas académicos e instituciones de educación superior, para facilitar la movilidad de estudiantes, miembros del personal académico y de profesionales, así como de los procesos de integración educativa regional en los países cuyos organismos y agencias de evaluación y acreditación forman parte de la RIACES.[[29]](#footnote-29)

Esse é um tema extremamente relevante para os processos de internacionalização acadêmica. A exemplo do Processo de Bolonha, citado anteriormente, as Instituições precisam se comunicar tecnicamente para validar títulos e para integrar seus caminhos de busca pelo conhecimento. O RIACES não busca apenas na padronização das acreditações, mais que isso ele tem como princípio a integração educativa regional da Iberoramérica por meio da eficiência prática e da qualidade dos intercâmbios acadêmicos.

**3.2.6 Universidade Aberta do Brasil em Moçambique**

Ainda durante a gestão do Ex-Presidente Lula, em 2010, foi criada a Universidade Aberta do Brasil em Moçambique - UAB, por meio de parceria entre a Unilab e CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. A iniciativa visa formação de professores EAD, e tem a proposta de ampliar o projeto aos demais PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Resultante de um projeto de cooperação técnica internacional ente o Brasil e Moçambique:

O Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique reúne universidades moçambicanas (a Pedagógica e a Universidade Eduardo Mondlane) e brasileiras para oferecer cursos à distância. O compromisso do programa é reforçar os laços de solidariedade e de cooperação entre as nações que adotam o Português como língua oficial, por meio de iniciativas que busquem a promoção do desenvolvimento econômico e social, e a integração educacional e cultural de seus povos, além disso, a expansão e interiorização da educação superior nos países de língua oficial portuguesa utilizando ferramentas de educação a distância, principalmente no que se refere à formação de professores para a educação básica.[[30]](#footnote-30)

Com cerca de 600 alunos, a UAB terá sua primeira turma formada em 2016. O MEC planeja ampliação da Instituição para mais cinco províncias moçambicanas. Como é possível perceber, a ideia é de crescimento das atividades e fortalecimento da cultura brasileira em Moçambique.

A UAB conta com a participação de Universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Goiás (UFG), além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC).[[31]](#footnote-31)

**3.2.7 Leitorados Brasileiros**

A ARBEx, Rede Brasileira de Ensino no Exterior, vinculada ao Departamento de Promoção da Língua Portuguesa – DPLP do Itamaraty, foi criada em 1940, mas somente na década de 1960 iniciou suas atividades de Leitorados. Ainda que tenha sido criada há tanto tempo, na Gestão Lula ele teve grande incentivo financeiro e político, que resultou em ampliação considerável de atividades internacionais de promoção cultural do Brasil. A Rede desenvolve suas ações em Centros Culturais Brasileiros (CCBs), mas também atua em parceria com Organizações Privadas sem Fins Lucrativos que sejam vinculadas às Embaixadas e Consulados. Segundo o Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores

A rede de Leitorados reúne professores especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, que atuam em conceituadas universidades estrangeiras, selecionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) e pelas instituições acadêmicas no exterior. Atualmente, o Departamento Cultural do Itamaraty coordena e subsidia as atividades de 53 leitorados (eram 40 em 2006 e 45 em 2008) em 36 países (eram 30 em 2006), distribuídos em universidades de reconhecido prestígio. A expansão da rede de leitorados revela o êxito dessa modalidade de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, que atinge uma parcela qualitativa das populações locais, no âmbito das comunidades acadêmicas formadoras de opinião.[[32]](#footnote-32)

**Figura 2** - Pontos de atuação dos CCBS e Leitorados Brasileiros

Fonte: Silva, 2010

Nas tabelas seguintes é possível identificar o crescimento dos Leitorados no eixo sul do planeta. Ainda que exista uma grande parte de programas na Europa, é considerável o aumento da promoção cultural do Brasil na Ásia, América do Sul e África.

**Tabela 6** - Leitorados ano 2003

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ÁREA** | **POSTO** | **UNIVERSIDADE** | **Nº** |
| **GEOGRÁFICA** |
| **América do Sul** | **Brasemb Buenos Aires** | Universidade de Buenos Aires | 1 |
| **Consbrás Córdoba** | Universidade de Córdoba | 2 |
| **América Central e Caribe** | **Brasemb Havana** | Universidade de Havana | 3 |
| **Brasemb São Domingos** | Universidade Autônoma - UASD | 4 |
| **América do Norte** | **Consbrás Montreal** | Universidade de Quebec | 5 |
| **Europa** | **Brasemb Berlim** | Universidade Técnica de Berlim | 6 |
| **Brasemb Budapeste** | Universidade Eötvös Lorand | 7 |
| **Brasemb Copenhague** | Universidade de Aarthus | 8 |

**Tabela 6** - Leitorados ano 2003 (continuação)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ÁREA** | **POSTO** | **UNIVERSIDADE** | **Nº** |
| **GEOGRÁFICA** |
| **Europa** | **Brasemb Estocolmo** | Universidade de Estocolmo | 9 |
| **Brasemb Lisboa** | Universidade do Porto | 10 |
| **Brasemb Londres** | Universidade de Essex | 11 |
| King's College, Londres | 12 |
| Birbeck College | 13 |
| Universidade de Londres | 14 |
| Universidade Queen Mary | 15 |
| **Brasemb Moscou** | Universidade Estadual de Moscou | 16 |
| **Brasemb Paris** | Université Paris III | 17 |
| Université de Paris XIII | 18 |
| Université de Nantes | 19 |
| Université de Paris X, Nanterre | 20 |
| Université de Paris VIII | 21 |
| Université de Lion II | 22 |
| Université Blaise Pascal | 23 |
| **Brasemb Viena** | Universidade | 24 |
| **Brasemb Roma** | Universidade de Bolonha | 25 |
| **Brasemb Varsóvia** | Universidade de Varsóvia | 26 |
| **África** | **Brasemb Abidjan** | Universidade | 27 |
| **Brasemb Dacar** | Universidade | 28 |
| **Brasemb Acra** | Universidade | 29 |
| **Ásia e Oriente Médio** | **Brasemb Nova Delhi** | Universidade Javvaharla Nehru | 30 |
| Universidade de Goa | 31 |

Fonte: ARBEX - DAMC, Itamaraty, 2003.

**Tabela 7** - Leitorados ano 2010

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ÁREA GEOGRÁFICA (100%)** | **POSTO** | **UNIVERSIDADE** | **Nº** |
| **América do Sul****(16,67%)** | Brasemb Assunção | Universidade Católica de Assunção | 1 |
| Universidade Nacional de Assunção | 2 |
| Universidade Nacional de Assunção | 3 |
| Brasemb Buenos Aires | Universidade de Buenos Aires | 4 |
| Consbrás Córdoba | Universidade de Córdoba | 5 |
| Consbrás Mendoza | Universidade de Cuyo | 6 |
| Brasemb Gerogetown | Universidade da Guiana | 7 |
| Brasemb Lima | Universidade de San Marcos - Letras | 8 |
| Universidade Nacional del Altipano | 9 |
| Consbrás Santa Cruz | Universidade Auto. Gabriel René Moreno | 10 |
| Brasemb Santiago | Pontíficia Universidade Católica | 11 |
| **América Central e Caribe** **(12,96%)** | Brasemb Bridgetown | Universidade das Índias Ocidentais | 12 |
| Brasemb Kingston | Universidade das Índias Ocidentais | 13 |
| Brasemb Managuá | Universidade Nacional Agrária | 14 |

**Tabela 7** - Leitorados ano de 2010 (continuação)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ÁREA GEOGRÁFICA (100%)** | **POSTO** | **UNIVERSIDADE** | **Nº** |
| **América Central e Caribe****(12,96%)** | Brasemb Port-of-Spain | Universidade das Índias Ocidentais | 15 |
| Brasemb Porto Príncipe | Universidade Federal do Haiti | 16 |
| Brasemb São Domingos | Universidade Autônoma - UASD | 17 |
| Brasemb São José | Universidade da Costa Rica | 18 |
| **América do Norte (3,70%)** | Consbrás Los Angeles | Universidade da Califórnia | 19 |
| Brasemb México | Instituto Politécnico Nacional | 20 |
| **Europa** **(37,04%)** | Brasemb Berlim | Universidade de Trier | 21 |
| Brasemb Budapeste | Universidade EötvösLorand | 22 |
| Brasemb Copenhague | Universidade de Aarthus | 23 |
| Brasemb Kiev | Universidad Nacional Taras Shevchenko | 24 |
| BrasembLiubiana | Universidade de Primorska | 25 |
| Brasemb Londres | King'sCollege, Londres | 26 |
| BirbeckCollege | 27 |
| Universidade de Londres | 28 |
| Universidade Queen Mary | 29 |
| Brasemb Moscou | Universidade Estadual de Moscou | 30 |
| Brasemb Paris | Université Paris III | 31 |
| Université de Paris XIII | 32 |
| Université de Nantes | 33 |
| Université de Paris X, Nanterre | 34 |
| Université de Paris VIII | 35 |
| Université de Lion II | 36 |
| UniversitéBlaise Pascal | 37 |
| Brasemb Praga | Universidade Karolina | 38 |
| Brasemb Roma | Universidade de Bolonha | 39 |
| Brasemb Varsóvia | Universidade de Varsóvia | 40 |
| Brasemb Zagreb | Universidade de Zagreb | 41 |
| **África** **(16,67%)** | Brasemb Acra | GhanaInstituteofLanguages | 42 |
| Brasemb Bissau | Universidade Amilcar Cabral - Lusófona | 43 |
| BrasembCotonu | Universidade Abomey-Calavi | 44 |
| BrasembIaundê | Universidade de Iaundê I | 45 |
| Consbrás Lagos | Universidade do Estado de Lagos | 46 |
| Universidade ObafemiAwolowo | 47 |
| Brasembe Libreville | Universidade Omar Bongo | 48 |
| Brasembe Maputo | Instituto Superior de Técnologia de | 49 |
| Brasembe Nairobi | Kenyatta University | 50 |
| Brasembe São Tomé | Instituto Superior Politécnico | 51 |
| **Ásia e Oriente Médio** **(11,11%)** | Brasembe Beirute | Universidade Saint Joseph | 52 |
| Brasembe Hanói | Universidade de Hanói | 53 |
| Universidade de Hanói | 54 |
| Brasembe Ierevan | Universidade do Estado e Linguística | 55 |
| Brasemb Pequim | Universidade de Est. Estrang. de Cantão | 56 |
| Universidade de Est. Intern. de Pequim | 57 |
| Universidade de Pequim | 58 |
| Universidade das Comunicações | 59 |
| **Oceania (1,85%)** | Brasemb Wellington | Universidade Victoria | 60 |

Fonte: ARBEX - DAMC, Itamaraty, 2010

Outras ações também foram e estão sendo desenvolvidas com recurso financeiro federal, mas muito ainda pode ser feito no âmbito das ações universitárias internacionais. Além disso, existem centenas de programas desenvolvidos diretamente pelas Universidades em ações conjuntas com outras IES do eixo sul do planeta, mas, ainda que relevantes, não serão aqui listadas por não fazerem parte do eixo temático dessa pesquisa.

E foi com base nos dados destas pesquisas, ou melhor, na insuficiência de informações oficiais detalhadas sobre a qualidade delas, que se reafirma que os números aqui apresentados expressam índices muito mais quantitativos do que qualitativos sobre o impacto dos programas de governo na ampliação das ações internacionais das Universidades. O fato de existirem programas financiados pelo Governo não necessariamente reflete o desenvolvimento de ações consistentes por parte das Universidades para a promoção dos seus interesses específicos, bem como para o reflexo destas ações na melhoria das sociedades em que estão inseridas. O fortalecimento promovido pelo Governo Federal Brasileiro na integração Sul-Sul poderia ser melhor aproveitado se as Universidades atuassem continuamente de forma estratégica e funcional para alcance dos seus objetivos específicos e para fomento ao desenvolvimento social, levando em consideração as nuances da Política Externa, a internacionalização e a interculturalidade que poderia ser estrategicamente desenvolvida como produto resultante desses processos.

## 4 APONTANDO CAMINHOS: PROFISSIONALISMO TÉCNICO E INTERCULTURALIDADE / ELEMENTOS FACILITADORES PARA EFETIVAS EXPERIÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Para que as instituições se articulem com igualdade de oportunidades e reproduzam efeitos coerentes nas trocas de conhecimentos é necessário que os processos de internacionalização mútua sejam desenvolvidos por meio de métodos qualificados. Por causa da complexidade do termo “qualificado”, dois pontos foram escolhidos e serão distintamente desenvolvidos nesta pesquisa. Em primeiro lugar, é fundamental profissionalismo técniconas ações de internacionalização universitária; em segundo e não menos importante, faz-se imprescindível a transversalidade intercultural na concepção estratégica e em cada atividade internacional da Instituição. Esses dois assuntos, complementares e não dicotômicos, se revelam como necessários para efetivas atividades de cooperação técnica acadêmica internacional. O profissionalismo técnico fornecerá os meios e institucionalizará as atividades, ao passo que a interculturalidade lapidará os caminhos estratégicos para que os resultados da internacionalização sejam efetivos.

4.1 PROFISSIONALISMO TÉCNICO

Para que as atividades de internacionalização universitária sejam realizadas é necessário que existam gestores universitários capacitados para o tema. Isso pode parecer redundante, mas não é quando se trata da amplitude temática e interdisciplinar das Relações Internacionais. Em princípio, é relevante compreender a ciência das Relações Internacionais para que as atividades das Instituições não sejam isoladas, mas sim articuladas com a Política Externa dos Estados. Essa questão aqui especificada está longe de se afirmar como razão absoluta e inquestionável, porém entende-se que o conhecimento da ciência das Relações Internacionais deve ser sempre relevado nos assuntos que envolverem parceria institucional internacional para que os resultados sejam mais amplos. Não se trata de limitação ou restrição profissional para o exercício das atividades, ao contrário, compreende-se que diferentes áreas constituem a formação plena do internacionalista. Todavia, é fundamental buscar ampliação dos saberes técnicos e maior compreensão da dinâmica do cenário internacional para desenvolver ações de internacionalização acadêmica.

De que forma essa capacitação pode promover maiores e mais efetivas atividades de internacionalização do ensino superior? Entende-se que, ao se falar de Universidade internacionalizada existe referência de instituição que promove o intercâmbio entre discentes e docentes entre países, mas isso não é tudo. É fundamental conhecer as variadas possibilidades de ações conjuntas e a relação destas articulações institucionais com as políticas públicas contemporâneas.

Sem a pretensão de criar fórmulas prontas, mas entendendo a necessidade de profissionalizar o objetivo de internacionalização institucional, é relevante percorrer alguns caminhos:

1. formação de uma equipe voltada especificamente para a atuação internacional da IES;
2. diagnóstico do estágio de internacionalização em que a instituição se encontra;
3. levantamento do cenário global centralizando atenção na Política Externa do país, interesses nacionais, divergências e tendências;
4. desenvolvimento ou adequação do pano estratégico da IES levando em consideração a atuação internacional que se pretende desenvolver ou aperfeiçoar;
5. implementação e monitoramento do plano de ação;
6. levantamento qualitativo e ajuste constante dos interesses e resultados.

Na linha da formação de uma equipe específica, é relevante compreender a necessidade de uma assessoria específica ou departamento internacional. (STALLIVIERI, 2004). Se ele não existe deverá ser criado, e se já existir precisa ser analisado constantemente para alcance de efetividade. Nesse espaço, é fundamental que existam profissionais capacitados em internacionalização. Falar línguas, entender da gestão administrativa institucional, compreender os processos das grades acadêmicas e suas equivalências, conhecer a dinâmica das relações internacionais, ter experiência em projetos de cooperação, entre outras aptidões, são algumas das características que se espera dos profissionais que atuem nesse espaço. Vale ressaltar que existem diferentes cursos de especialização nessas áreas, e que a capacitação não se esgota, ao contrário, a dinâmica do cenário internacional exige frequência de acompanhamento.

No levantamento do diagnóstico, é fundamental entender o estágio em que a instituição se encontra. Avaliar o grau de internacionalização não é tarefa fácil, pois não se trata aqui de quantificação. A ideia aqui apresentada consiste em conhecer as modalidades de cooperação internacional acadêmica presentes na IES, identificar se as atividades internacionais transversalizam ensino, extensão e pesquisa, verificar a fluidez do ensino de idiomas e das integrações culturais entre os discentes e docentes, conhecer os métodos que são aplicados em sala de aula para promover a multiculturalidade prática de forma natural e integracionista entre os alunos locais e os intercambistas, identificar a existência de programas, cursos e atividades em áreas de interesse global, entre outras iniciativas que ajudem a mensurar o grau quantitativo e qualitativo de internacionalização em que a Instituição se encontra. Uma sugestão seria a aplicação dos fundamentos de Knight (2004). Conforme sua teoria aqui apresentada anteriormente, é possível mensurar o grau de internacionalização de uma Universidade com análises complementares das atividades que a Instituição desenvolve, assim como por seus resultados. Além disso, Knight fala da importância de identificar a existência de motivação institucional e de cultura de internacionalização na IES. Esses fatores, aliados à internacionalização das funções primárias da Universidade e às ligações internacionais acadêmicas que ela desenvolve mensuram o grau de internacionalização em que a instituição se encontra e podem auxiliar a fase do diagnóstico. (KNIGHT, 2004)

Conhecida a realidade local por meio do diagnóstico, poderão ser concebidas as ideias das oportunidades e desafios que a Instituição apresentará em seu projeto de internacionalização. Mas para que sejam elaboradas as estratégias, é fundamental compreender o panorama internacional e de que forma o Brasil se encaixa nesse cenário. O Itamaraty é uma boa fonte para consultas constantes dos acordos e parcerias do Governo Brasileiro, mas entende-se que o acompanhamento analítico do panorama internacional deve envolver atualizações constantes por meio de jornais e revistas internacionais, bem como acompanhamento das iniciativas de diversificados atores relevantes na Política Externa dos Estados Nacionais. Entre eles podemos citar a ONU, União Europeia, entre outros. Já é clara a ideia de que não se pode fazer uma estratégia de atuação global sem levar em consideração o cenário internacional e o papel da Política Externa do país nesse contexto. Assim, o diagnóstico e o levantamento do cenário global são ações complementares e fundamentais no processo de internacionalização.

Ao se perceber a realidade institucional e o panorama global é hora de evoluir para uma estratégia fundamentada no que se tem, no que se pode, e no que se pretende chegar. O que fazer? O que aperfeiçoar? O que se tem, é a realidade vivenciada pela IES. Aonde se pode chegar, são as condicionantes externas. O que se pretende, diz respeito ao objetivo e a estratégia que a Instituição vai adotar para garantir a sua internacionalização. Esse ponto vai depender do interesse de cada Universidade, sendo assim pode-se buscar a orientação de Warner para facilitar o alinhamento dos interesses. Segundo ele, a estratégia de internacionalização de uma IES pode ser baseada em interesses de mercado, liberal ou social. Mas, independentemente dos interesses institucionais, o planejamento estratégico de atuação internacional de uma Universidade deve ser baseado no nível de análise que enquadre os interesses e possibilidades da instituição. Além disso, é importante validar uma estratégia de atuação para alcance dos objetivos. (KEENAN; VALLÉE, 1994)

Formada a Assessoria ou Departamento Internacional, reconhecida a realidade institucional, o panorama global e a política pública do país, é chegada a hora de se estabelecer a estratégia de atuação da Universidade. Sabendo-se ainda que esse assunto deve fazer parte das discussões administrativo-acadêmicas da IES e envolver o corpo discente e docente, cabe então definir metas e estabelecer os meios para conquistá-las. As metas são muito particulares, pois dependem do perfil, interesses, etc. O que será pontuado a seguir não será colocado por meio de importância ou ordem de estratégia, mas sim apresentados como meios diversificados de se alcançar a internacionalização universitária. Algo como uma orientação sobre as políticas técnicas indicadas para efetiva atuação internacional da IES. Sugere-se, então, a adoção das seguintes estratégias para implementar o plano de ação proposto pela Universidade:

1. **Programas de Mobilidade**

Comumente conhecido como intercâmbio, a mobilidade pode ser praticada por todos na IES. Docentes, discentes, administradores, funcionários, pesquisadores, entre outros. É interessante aqui ressaltar a importância da ampliação de mercados de atuação. Ao mesmo tempo em que a tradicional ida e vinda de estudantes para a Europa e América do Norte, existe um vasto espaço a ser explorado na América do Sul, África e Ásia. A ideia de estreitamento de relações com o eixo sul não é nova, mas tampouco se sustenta como algo concreto para muitas IES. Ainda é possível mensurar o interesse norte-sul como o mais lógico para muitos cidadãos brasileiros. Por outro lado, muitas vezes quando se pensa em intercâmbio com a África se imagina uma atividade solidária, e não de troca – proposta mister do intercâmbio. É fundamental ter essa compreensão para a promoção de intercâmbios em sua totalidade de oportunidades. (STALLIVIERI, 2004; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

1. **Redes de Cooperação Internacional**

As Redes de Cooperação Acadêmica Internacional - como a Associação Brasileira de Assessoria Internacionais - Faubai, a Rede Internacional Laureate, entre outras - ainda são pouco utilizadas em sua plenitude de possibilidades pelas instituições brasileiras.

Por meio de informações obtidas nos sites oficiais das referidas redes e nas informações do ranking geral de Universidades apresentado pelo MEC em 2012 – referente a 2011, conclui-se que ainda há muito a ser explorado nesse sentido. Em se tratando dessas duas redes acima exemplificadas, observa-se que apesar do ensino superior brasileiro ser composto por 2.377 instituições de ensino superior (desse total, 85% são faculdades, 8% são universidades, 5,3 centros tecnológicos e 1,6% são institutos tecnológicos) muitas não participavam de redes como a Faubai (reunia 180 gestores cadastrados) e a Laureate (possuía três Universidades brasileiras em seu quadro). (FAUBAI; LAUREATE) [[33]](#footnote-33)

A ideia é que esses espaços interdisciplinares sejam amplamente acessíveis e explorados por discentes e docentes. Os reitores, coordenadores e demais profissionais de diferentes áreas do conhecimento também devem conhecer e ter acesso a essas redes. Ali se identificam espaços de publicação, intercâmbio de boas práticas, divulgações de programas internacionais, acesso à outras culturas, etc.

1. **Acordos de Colaboração**

Os Memorandos de Entendimento, Protocolos de Cooperação ou as tradicionais Parcerias Institucionais são instrumentos que ratificam os acordos interinstitucionais. Eles podem ser gerais e amplos, conhecidos como guarda-chuvas, ou específicos delimitando áreas, atividades e prazos. Sugere-se que os acordos só sejam amplos e gerais se tiverem prazos específicos para a formação de comissões técnicas para desenvolver plano de ação específico de atividades. Claro que se forem voltados unicamente para intercâmbios devem ser mais amplos, mas entende-se que ao enviar ou receber um aluno ou professor a Instituição tenha propostas para além sala de aula, acompanhamento, programa pedagógico e de extensão. Assim, os acordos podem ser funcionais para as sociedades e norteadores para o alcance de resultados concretos diante dos interesses da IES. (STALLIVIERI, 2004)

1. **Pesquisa Compartilhada**

A ideia de intercâmbio só pode ser concretizada quando a base do conhecimento é trocada, compartilhada ou até mesmo construída de forma conjunta. Não se pode mais acreditar que as experiências exitosas de um local devem ser implantadas da mesma forma em outro. É relevante conhecer os casos, ajustar à realidade local e aí sim implementar algo que possa ter resultados positivos. A pesquisa compartilhada, como uma das funções fundamentais da Universidade, é um dos caminhos para isso. Entende-se que os pesquisadores podem aproveitar os projetos de internacionalização como espaços de difusão de conhecimento, ambiente de boas práticas e crescimento conjunto. Assim como a pesquisa em si, as publicações resultantes desses processos fortalecem as IES, ratificam o papel dos pesquisadores e ampliam os espaços de alcance dos saberes.

Além disso, entende-se que quando os processos iniciam com participação conjunta dos atores envolvidos, os resultados são mais concretos porque envolvem as percepções das partes desde o início, e estimulam a responsabilidade de todos (as). As pesquisas compartilhadas entre diferentes países são mais ricas, apresentam outros olhares para os problemas e ampliam os cenários para aplicabilidade de resultados efetivos. Não se trata apenas de publicações conjuntas, ainda que elas sejam relevantes, mas sim de projetos internacionais comuns para estudo mútuo e troca de conhecimentos. Existem diferentes fontes internacionais de recursos para pesquisas compartilhadas, mas é importante que a Universidade tenha este propósito definido em sua estratégia de atuação. (KRAWCZIK; SANDOVAL, 2007)

1. **Dupla Diplomação**

A dupla diplomação ganha cada vez mais força nas Instituições de Ensino Superior. São mecanismos de fortalecimento curricular para os alunos, mas fazem parte de processos que apresentam ressalvas. A questão da grade curricular é extremamente relevante nesse ponto, pois como as Instituições envolvidas muitas vezes não conversam entre si sobre suas as equivalências das ementas no planejamento anual dos cursos, o que se vê em alguns casos é uma improvisação para adaptar os conteúdos finais. Isso pode comprometer as bases necessárias para a atuação profissional do indivíduo, principalmente no caso do Brasil que tem grade curricular complexa. Além disso, como as questões interculturais não fazem parte, em muitas situações, das estratégias institucionais, o que se vê dentro de sala de aula é cessão de conhecimentos que muitas vezes não são adaptáveis em outras realidades e isso compromete os resultados concretos no retorno dos intercambistas a sua terra natal. A ideia da dupla diplomação deve ir além da questão de oferecimento de currículo mais amplo para os alunos, mas sim fazer parte do projeto estratégico de ampliação dos saberes em nível global, algo como a oportunidade de diálogos mais participativos em sala de aula e nos projetos que resultem desses ambientes. É importante levar em consideração que essa estratégia deve ser, antes de tudo, uma oportunidade de diálogo em ambientes multiculturais que resultem, também, em projetos de dupla diplomação e em novos espaços para intercâmbio. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

1. **Gestão da Cooperação Acadêmica Internacional**

Os projetos de Cooperação Internacional são tradicionalmente desenvolvidos pelos Estados. Todavia, com o fim da Guerra Fria, outros atores e temas se fortaleceram nos processos de descentralização de poder. Fala-se aqui da relevância do papel das empresas, ONG’s, e das Universidades no cenário internacional. Nessa Nova Ordem Mundial[[34]](#footnote-34), o centro das discussões não era mais baseado apenas na guerra pelo poder, mas sim, outros assuntos e experiências passavam a nortear os debates e as parcerias internacionais. Claro que a compreensão deste tema é relativa, pois existem linhas de pensamento que abordam que o que mudou foram as estratégias de manutenção de poder, mas não dos centros de poder. Não se pretende fomentar essa discussão aqui, mas cabe compreender que essa realidade proporcionou maior espaço para atuação das Universidades. Tanto em projetos diretos de cooperação acadêmica internacional (entre Universidades) como para participação das IES nos projetos federais oficiais entre países, os espaços e assuntos foram ampliados. Entende-se que os acordos de cooperação acadêmica devem materializar as parcerias institucionais e contribuir para o projeto de internacionalização das Universidades. (MOROSINI, 2006)

1. **Alocação de Recursos para a Internacionalização**

Este também é um fator de significativa importância, pois permite autonomia para as atividades institucionais, e não invalida a busca por editais e projetos financiados externamente. Os financiamentos são extremamente relevantes para a academia, mas a IES não deve se limitar a atuar internacionalmente apenas por essa via. Em muitos casos, as Universidades entendem a atuação internacional exclusivamente como espaço para captação de recursos e/ou ambiente de busca de participação em projetos financiados por terceiros. Não! É necessário investimento e/ou contrapartida para que exista liberdade de atuação também nas áreas de interesse específico local. A previsão de recursos deve fazer parte do processo de internacionalização institucional. Isso corrobora com a ideia de que é importante a internacionalização fazer parte do planejamento estratégico da IES como algo profissional, técnico, contínuo e necessário para a ampliação dos saberes. (MOROSINI, 2006; STALLIVIERI, 2004)

1. **Fluxo de Informações**

Entende-se por “fluxo de informações” a estratégia que se desenvolve para a comunicação dentro e fora da IES. De nada adianta um planejamento institucional se ele não parte do pressuposto de integrar todos os atores envolvidos, alimentando-os de informações e promovendo sua constante interação. No ambiente interno elas se referem aos processos de difusão das informações captadas externamente e que devem ser compartilhadas e discutidas na Universidade. No aspecto externo podem ser a via inversa e expandir internacionalmente as ações da Universidade. Além disso, o fluxo de informações permite difundir dentro e fora das IES as atividades relativas ao planejamento institucional e da internacionalização da Universidade.

O acesso às informações e a oportunidade de diálogos constantes são mecanismos fundamentais para que os objetivos institucionais sejam alcançados. No caso das ações de internacionais dentro da Universidade, o fluxo de informações permite fazer com que a internacionalização não fique restrita aos departamentos que tratam do tema, mas sim transversalizem a instituição em todas as suas esferas. A divulgação das oportunidades de intercâmbio e editais internacionais, espaços constantes de diálogo para promover maior integração entre os alunos e professores visitantes e os locais, a publicação de ações internacionais da IES, o compartilhamento de pesquisas, publicações e debates globais, entre outras tantas iniciativas como essas possibilitam que o fluxo constante de informações seja um aliado ao projeto institucional de internacionalização. (MOROSINI, 2006; STALLIVIERI, 2004)

Os meios tecnológicos e a participação em redes especializadas funcionam como espaços eficientes de difusão de informações. Por outro lado, nenhum instrumento tecnológico é suficiente, se sozinho, na plenitude desses trabalhos. Nada substitui a interação humana, e nesse ponto a dinâmica do fluxo de informações abre espaço para a atuação indispensável da integração cultural entre os diferentes atores de dentro e fora das instituições. É um processo de retroalimentação: na medida em que a comunicação avança, as barreiras culturais podem ser quebradas e, à proporção que as obstruções na comunicação vão sendo extintas, a comunicação se amplia.

Por fim, é importante que as IES, em paralelo à execução das estratégias para desenvolvimento do plano de ação, tenham o cuidado de fazer levantamentos quantitativos e qualitativos periódicos para monitorar e ajustar as suas estratégias sempre que necessário para o alcance dos objetivos propostos.

Entende-se que, todos esses caminhos podem ser instrumentos para a profissionalização da internacionalização acadêmica. Todavia, eles também auxiliam na quebra do etnocentrismo à medida em que fortalecem a interculturalidade, fator fundamental para a efetiva internacionalização universitária.

4.2 INTERCULTURALIDADE

A compreensão de cultura pode ser analisada por múltiplas compreensões. O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo (SILVA, 2006). Segundo a Unesco

Cultura tem dois significados diferentes e, não obstante, absolutamente complementares. Em primeiro lugar, é a diversidade criativa plasmada nas “culturas” específicas, com as suas tradições e expressões tangíveis e intangíveis únicas. Em segundo lugar, a cultura (agora no singular) alude ao instinto criativo que se encontra na origem da diversidade de culturas. Esses dois significados, um que se toma a si próprio como referente, e outro que se transcende, são indissociáveis e constituem a chave da interação frutífera de todos os povos no contexto da globalização.[[35]](#footnote-35)

O conceito de cultura de que trata essa pesquisa não se circunscreve apenas à definição ampla da cultura, mas também como um recurso em que assenta o *Soft Power* dos Estados. Se a ideia de manutenção e/ou ampliação do poder, defendida pela obra de Nye, for um instrumento de Política Externa, a cultura se solidifica como elemento estratégico de atuação dos governos. (PALMA, 2006) No caso do Brasil já se percebeu que esse foi uma das vias de ativação das políticas Sul-Sul. Assim, a cultura trabalhada nessa pesquisa tem sua definição baseada nas funções social, econômica e política que ela desempenhou durante a gestão Lula.

Compreende-se então, ainda que não se limite a isso, a ideia de que a cultura de um determinado país, quando utilizada como ferramenta para ampliação e/ou manutenção de poder, inclui nas políticas públicas os seus valores universais, mas também a sua efetiva integração com políticas que viabilizem os resultados desejados pela estratégia do governo vigente. No caso do Brasil, a cultura – sob o nível de análise escolhido para orientar teoricamente esta pesquisa - foi utilizada como uma forma branda de poder.

Assim, a interpretação da cultura em seu viés político também foi utilizada como referencial complementar para o desenvolvimento deste estudo. Norberto Bobbio (2004), em seu Dicionário de Política, define cultura política como o conjunto de atitudes, normas, crenças partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social com objetivo de fenômenos políticos. Almond e Verba (1963) (apud BOBBIO, 2004), definiram o mesmo conceito como conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política do Estado, ideia esta expressa na visão de Bobbio.

O fenômeno da globalização, já definido por Boaventura Souza Santos (2002), favorece esse aspecto porque evidencia a diversidade cultural no mundo e favorece o diálogo entre as civilizações. Nesse aspecto, a globalização pode ser considerada como uma complexa rede de projetos sociais com diversidade de interesses traduzidos nas disputas das representações ideológicas, políticas e culturais. (CANCLINI, 2004)

Importante destacar que esta pesquisa não está focada nas questões culturalistas, pois não tem como vertente a explicação dos fenômenos sociais por meio da cultura. A proposta aqui apresentada pretende abordar a cultura como instrumento estrategicamente utilizado pela Política Externa *Soft Power* que adotada pelo Governo Brasileiro durante a gestão Lula para fortalecimento das relações SUL-SUL.

 De acordo com Nunes (2004, p. 25), o culturalismo,

Enquanto esforço de compreensão da diversidade humana, constitui-se no processo de crítica ao evolucionismo, caracterizando-se, fundamentalmente, por duas rupturas: uma com o determinismo geográfico e outra com o determinismo biológico. Essa vertente recusa as determinações do meio físico e racial como responsáveis pela diversidade de modos de vida, conferindo à Cultura o primado de sua explicação.

Ainda que seja importante apresentar o referido conceito, esta pesquisa não se aprofundará na discussão do culturalismo e nem pretende analisar as questões relacionadas às ideias monoculturais. O monoculturalismo traz a percepção de que todos os povos compartilham, em condições semelhantes, uma cultura universal. Essa visão universalista do monoculturismo trouxe e ainda traz, em alguns casos, o risco de legitimar a dominação de um projeto civilizatório, que subjugue ou exclua as minorias culturais. Ao contrário, o foco deste trabalho será centralizado na possibilidade de convivência e integração entre diferentes culturas. (VASCONCELOS, 2013)

É neste ambiente de pesquisa sob os aspectos multiculturais que surge a relevância do conceito de interculturalidade, indicando a possibilidade de convivência harmônica e equitativa de diferentes culturas, promovendo a integração sem anular a diversidade multicultural. (VASCONCELOS, 2013) Nesse ponto é importante, mais uma vez, distinguir os conceitos entre a convivência multicultural e intercultural. Segundo Vasconcelos (2013, p. 2):

O termo intercultural tem origem e vem sendo utilizado com frequência nas ações pedagógicas, mas saiu do conceito educacional e ganhou amplitude passando a referir-se à praticas culturais e políticas públicas. Este termo diferencia-se de outro bastante usado no estudo da diversidade cultural que é o da multiculturalidade que indica apenas a coexistência de diversos grupos culturais na mesma sociedade sem apontar para uma política de convivência.

Nesse sentido, entende-se que as Universidades, independente dos seus processos de internacionalização, são plurais desde a sua constituição. Os interesses territoriais dos Estados Nacionais e a movimentação dos povos desde a antiguidade promoveram processos colonizadores e migratórios que formataram sociedades “híbridas” e ancestralmente miscigenadas. Dessa forma, as Universidades são naturalmente multiculturais. (VASCONCELOS, 2013)

Se a interculturalidade não é algo naturalmente estrutural e o fato dela existir vai depender da ação acadêmica que é utilizada para convivência da multiculturalidade, compreende-se que a educação intercultural é um conceito operacional. Segundo Candau (2000, p. 5) “a indicação da existência de relação intencional entre sujeitos de diferentes culturas constitui o traço característico da relação intercultural”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, mas adaptando esse conceito ao segmento da educação, Fleuri (2001) afirma que a primeira distinção entre educação multicultural e educação intercultural está na intencionalidade que motiva a relação entre as diferentes culturas. Para ele o educador passa da perspectiva multicultural para a intercultural quando constrói um projeto educativo intencional para promover a relação entre pessoas de culturas diferentes. Ainda seguindo a sua percepção, existem outras características que identificam a educação intercultural. São elas a prática educativa e a ênfase nos sujeitos da relação.

No primeiro caso, as práticas educativas interculturais consideram que a convivência de diferentes culturas viabiliza um modo próprio para um determinado grupo ver e interagir com a realidade de outros. Em outras palavras, o autor alega que um projeto de interação intercultural pode modificar o horizonte de compreensão da realidade dos indivíduos por possibilitar a integração de lógicas diferentes para interpretação da realidade. É um confronto de visões que, por meio da interação, produz novos olhares para as relações sociais.

E é esse olhar inclusivo para o outro que faz com que a educação intercultural enfatize os sujeitos e não a diferença cultural como algo puramente abstrato. Dando ênfase aos sujeitos, valora-se a cultura como algo que é criado e sustentado por indivíduos, e não se submetem puramente ao fato de que as pessoas são formadas pelos contextos culturais. Na educação intercultural os indivíduos são vistos como elementos ativos, que criam e preservam, afetam e são afetados pela cultura em que estão inseridos. (FLEURI, 2001)

Essa compreensão multidimensional, complexa e de interação entre sujeitos faz da interculturalidade um projeto intencional de reciprocidade, que além de aceitar as diferenças multiculturais, envolve os sujeitos e as suas diversificadas identidades culturais, em uma relação construtiva de convivência digna. Fleuri (2001, p. 280) completa alegando que

A educação intercultural se configura como uma pedagogia do encontro até suas últimas consequências, visando promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro/confronto de narrações diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum de conflito/acolhimento.

Assim, entende-se que a educação intercultural deve ser observada como um espaço de integração entre diversificados contextos socioculturais, e nesse cenário a metodologia não pode ser de um único e indiscutível formato de transmissão de informações entre professores-alunos. Ao contrário, baseada num contexto relacional, esses métodos devem influenciar-se mutuamente gerando articulação integrada de diferentes culturas e indivíduos.

Segundo Vera Candau (2000) existem alguns processos básicos que são fundamentais para a promoção da educação intercultural:

1. a educação deve ser uma prática social. Na visão da autora a pedagogia intercultural é um processo social e escolar – ultrapassando as “fronteiras” das salas de aula e interagindo com a vivência social de cada indivíduo. Assim como a experiência em sociedade deve ser considerada dentro dos espaços escolares para ampliação e integração dos saberes;
2. o reconhecimento da diversidade cultural e da igualdade de direitos como algo que deve ser articulado com as práticas e políticas educativas. Candau aqui fala sobre a educação como espaço de valorização do fato de que diferentes identidades fazem parte da construção da igualdade e fundamentam os espaços de vivência democrática;
3. a educação intercultural é algo contínuo e não pontual. Assim os projetos e metodologias interculturais devem envolver todos os atores, e estar presente em todas as dimensões do processo educativo;
4. escolha de critérios que questionem o etnocentrismo dando oportunidade de escolha de conteúdos diversificados nas práticas pedagógicas.

Continuando essa linha de raciocínio, Candau (2000, p. 100) argumenta que

A educação intercultural afeta não somente aos diferentes aspectos do currículo explícito, objetivos, conteúdos propostos, métodos e estilos de ensino, materiais didáticos utilizados, etc., como também o currículo oculto e as relações entre os diferentes agentes do processo educativo professores/as, alunos/as, coordenadores/as, pais, agentes comunitários, etc. Neste sentido, trabalhar os ritos, símbolos, imagens, etc., presentes no dia a dia da escola e a autoestima dos diferentes sujeitos e construir relações democrática que superem o autoritarismo e o machismo tão fortemente arraigados nas culturas latino-americanas, constituem desafios iniludíveis.

Desta forma, compreende-se que a educação intercultural é algo complexo, que exige planejamento, capacitação e integração contínua de todos os atores envolvidos no processo acadêmico, assim como de necessita de integração das culturas em que estão inseridos. Uma proposta que induz os educadores e gestores educacionais a pensar e refletir sobre os métodos utilizados em sala de aula e na relação social que extrapola os limites geográficos da Universidade.

4.3 DIMENSÃO PROCESSUAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO INTERCULTURAL

Muitas vezes, as políticas públicas visam “estreitamento de laços” sem compreender a necessidade de promover estratégias paralelas de efetiva integração cultural. Para que o governo brasileiro não seja um novo agente colonizador em sua Política Externa de ampliação de poder por meio de estreitamento com o hemisfério sul do planeta, as atividades entre os parceiros em vias de desenvolvimento devem ser horizontais e visar benefícios mútuos.

Sendo assim, fica claro que desafios existem, mas não são obstáculos intransponíveis. É necessário que exista boa-vontade entre as partes, interesse institucional, fortalecimento de cultura incentivadora nas Universidades, fomento à integração social, incentivo público e das agências internacionais e locais financiadoras de pesquisas projetos de conhecimento mútuo, ampliação de convívio identitário, e capacitação dos gestores para execução das atividades internacionais das Universidades.

O desenvolvimento ou ampliação de conhecimentos no âmbito das relações internacionais e das competências interculturais afigura-se como uma exigência ética, científica e profissional para fazer face à complexidade, mobilidade e diversidade cultural do mundo contemporâneo e que afeta os diferentes setores da sociedade, incluindo aqui todos os espaços direta ou indiretamente voltados para a ampliação do saber.

O grande desafio é colocar em prática essas ponderações até aqui teoricamente discorridas. Sugere-se então aqui que alguns procedimentos sejam realizados para viabilizar esses processos. A ideia não é configurar esses caminhos como algo nunca antes pensado, mas talvez elaborar um roteiro processual para a internacionalização intercultural que possibilite novos trajetos e/ou formate antigas estratégias da Universidade.

Em primeiro lugar, conforme já dito anteriormente na apresentação dos processos de profissionalismo técnico de internacionalização, é necessário reestruturar o planejamento estratégico da IES. Neste momento é muito importante transversalizar as questões internacionais possíveis de serem desenvolvidas na Universidade, mas não se pode esquecer de racionalizar as questões de relevância cultural desde esse momento. (STALLIVIERI, 2004; ALMEIDA FILHO, 2008; CANDAU, 2000)

Entendendo o objetivo geral da Instituição, é necessário criar caminhos para que as ações internacionais funcionem de forma profissionalizada, e que se apresentem como uma diretriz estratégica contínua. Continuando na linha das ideias já propostas, cabe, neste momento, ajustar os interesses institucionais ao projeto de Estado, à Política Externa do país. Aqui podem ser criadas ou excluídas ações para que a IES caminhe ao encontro dos interesses nacionais. Nesse ponto é fundamental contar com profissionais que compreendam as nuances da Política Externa e internacional e que entendam tecnicamente dos meios e possibilidades de atuação acadêmica internacional. (MOROSINI, 2006) Por outro lado, neste momento é fundamental contar ainda com a participação representativa dos diversificados atores, de dentro e fora da Universidade, para serem ouvidos e suas ideias levadas em consideração, se possível, incluídas desde o planejamento institucional.

Sugere-se que nesta etapa do planejamento institucional a IES, ao alinhar as estratégias internacionais, reconheça, em paralelo, a importância da dimensão cultural que acompanha essas iniciativas. Até mesmo reconhecer-se como não intercultural já pode ser um bom caminho para iniciar os diálogos.

A educação ocidental tem fortes traços da tradicional vertente monocultural e em muitos países – como o Brasil - resulta de um processo de colonização exploratória, tendo sido utilizada como instrumento por culturas dominantes para alcance dos objetivos dos que detinham o poder para definir as principais questões da sociedade. Ao se identificar nesse contexto, é necessário que as Universidades revisem as práticas educativas para desmascarar os elementos monoculturais da educação contemporânea. (UNESCO, 2011)

Compreendendo a transversalidade internacional e avaliando a relevância da cultura nesses processos, a Universidade tem a possibilidade de se reinventar. Abrindo mão dos desperdícios cognitivos dos saberes, os corpos docentes e discentes geram alternativas que implicam na desobediência dos modelos tradicionais por meio de processos coerentes com base em diálogos e inclusão. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012) Reconhecendo em diferentes níveis de competência a diversidade que está presente nas salas de aulas e nos respectivos entornos, a IES gera novas alternativas de autonomia para os diferentes grupos ali inseridos.

Cada país tem sua própria maneira cognitiva de conhecer e ser, e aceitar essa diversidade dentro e fora das salas de aula é o início de uma educação internacional inclusiva. A aposta em uma estratégica eficiente de internacionalização acadêmica com o uso de técnicas interculturais abre espaços para o diálogo entre velhas e novas culturas levando em consideração os seus respectivos caminhos de ampliação do saber.

As culturas não são estáticas, elas se transformam e mudam as próprias Universidades. Assim, é fundamental transformar desde o planejamento estratégico institucional a lógica institucional que move a difusão do conhecimento. E a internacionalização intercultural acadêmica é uma estratégia que reconhece as diferentes culturas, interage com os diversificados caminhos do saber, empodera os sujeitos e promove efetivas mudanças sociais.

Passada a fase do planejamento estratégico, como já dito anteriormente, faz-se necessária a criação ou reformulação de um espaço específico para tratar de internacionalização na Universidade. Núcleos, Assessorias, Departamentos, como for mais interessante e conveniente. Sugere-se, segundo Stallivieri (2004), que esses espaços sejam compostos por profissionais com formação específica em internacionalização do ensino, pessoas que tenham conhecimento prático em áreas interdisciplinares e/ou em relações internacionais. Em diversas cidades brasileiras já existem disciplinas, cursos de extensão e pós-graduação em áreas específicas ou a fins que viabilizem a capacitação e ampliação dos saberes técnicos necessários. Seria ideal promover a inovação por meio da criação de um espaço paralelo para o desenvolvimento das estratégias de interculturalidade.

Como se discutiu anteriormente, de acordo com Candau (2000), a interculturalidade é algo propositivo, então requer planejamento, estratégia e continuidade. Assim, esses fatores podem andar juntos, ainda que não se limitem um ao outro. Pode ser um departamento específico dentro do centro de internacionalização, ou espaço separado que trabalhe em consonância e parceria. Começa ali, no espaço voltado para a internacionalização acadêmica institucional, o exemplo da experiência de que a aprendizagem vem do encontro com o outro, e que a estratégia institucional de ampliação dos saberes deve ser interdisciplinar.

Importante ressaltar que aqui se fala de um espaço físico específico para essas duas atividades, internacionalização e interculturalidade, que juntas ou em parceria desenvolverão trabalho técnico exclusivo. Ainda que possa parecer redundante, isso é importante para materialização dos processos de internacionalização, que devem atuar de forma transversal aos conceitos globais das Universidades, e que necessitam de espaço exclusivo para as atuações tecnicamente livres no projeto internacional que estejam desenvolvendo. Em outras palavras, não devem estar ligadas a coordenação específica de um curso, por exemplo, para não haver interposição de interesses ou interpretação institucional de que a internacionalização atuará de forma exclusiva para um determinado setor da IES. (STALLIVIERI, 2004; CANDAU, 2000; FLEURI, 2001)

Com a criação deste local específico na Universidade, viabiliza-se um departamento específico para a internacionalização intercultural da IES. Ainda que possam estar fisicamente separados, os espaços de internacionalização e interculturalidade devem atuar conjuntamente, em um mesmo projeto estratégico de atuação. Criado o setor, passa-se agora à exposição além processual, o desafio metodológico de atuação prática.

Já se falou até aqui da necessidade de caminhar de forma processual, mas é necessário analisar um exemplo de método a ser criado. Mais do que linhas gerais de processos formatação, esta pesquisa busca mostrar caminhos, estratégias políticas e metodológicas para obtenção dos resultados propostos.

4.4 DIMENSÃO METODOLÓGICA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO INTERCULTURAL

Compreendendo a afirmação da Unesco (1980) de que a interculturalidade tem o objetivo de encontrar soluções quanto à condição de identificação de cada povo promovendo uma coabitação mais tolerante e mais harmoniosa, e com base na relevância dos assuntos internacionais para a Universidade e para a sociedade em que ela está inserida, é mister relacionar os dois temais para uma eficaz atividade acadêmica com resultados benéficos para os Estados Nacionais e para a pacífica e equitativa relação entre eles. Mas como realizar isso na prática? Qual a metodologia a seguir, além dos caminhos processuais de internacionalização intercultural já apresentados?

A ideia dessa pesquisa está longe de apresentar soluções cartesianas, mas, ao contrário, busca-se aqui propor uma reflexão mais profunda do tema, indicando novos caminhos e alternativas em busca da transformação necessária para a globalização equitativa do conhecimento.

A transformação não é só uma questão de métodos e técnicas. Se a educação libertadora fosse somente uma questão de métodos, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras mais modernas. Mas não é esse o problema. A questão é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade. (SHOR; FREIRE, 1986, p. 48)

Nesse sentido, a proposta metodológica que aqui será apresentada extrapola a indicação de um único método, mas indica caminhos para a criação de metodologias que efetivamente integrem sujeitos e que viabilizem a produção de conhecimentos criativamente integrados dentro e fora das salas de aula. Para isso, buscou-se inspiração no Relatório Mundial da Unesco: Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural (2011), além das pesquisas de Santos e Almeida Filho (2012). Nestas obras se apresentam alguns dos desafios que a globalização traz aos processos de interações sociais e para a educação superior que, ao serem articulados e integrados aos assuntos aqui discutidos, podem auxiliar na construção de novos trajetos, além de ajudar na qualificação das vias de internacionalização e interculturalidade já existentes em algumas Universidades.

São citados como objetivos do referido relatório: análise e identificação da importância da diversidade em diferentes domínios de intervenção; propiciar convencimento dos decisores sobre a relevância da diversidade como elemento essencial para o efetivo diálogo intercultural no mundo. Assim, de acordo com as análises propostas no relatório, entende-se que, assegurar a diversidade não se limita a preservá-la, mas sim a fomentá-la por meio da interculturalidade. (UNESCO, 2011)

Se a diversidade é um elemento essencial para a existência da interculturalidade, e se os processos interculturais materializam a efetiva prática da diversidade, cabe, antes de tudo, compreender a concepção da organização sobre diversidade. Para a Unesco (2011), a Diversidade é um fato em si, pois no mundo existem diversificadas culturas que interagem no interior das sociedades e entre estas. Assim, é necessário compreender a diversidade como um bem social que extrapola a noção estrita de cultura, que se efetiva como algo dinâmico e desafiador. Os desafios se configuram na realidade da convivência cultural em um mundo cada vez mais globalizado: processos migratórios, crescimento das cidades e seus intercâmbios econômicos e sociais, preservação das identidades, fomento ao diálogo entre diferentes nações, fortalecimento da autonomia em um mundo transfronteiriço, entre outros tantos temas que trazem a necessidade de gestão para a manutenção das culturas e para efetivo fomento ao diálogo responsável entre elas. (UNESCO, 2011; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

Ainda segundo a Unesco (2011), e dando seguimento ao foco desta pesquisa, existem quatro vetores de diversidade cultural: línguas, educação, comunicação e conteúdos culturais, criatividade e o mercado. Esses pontos são colocados como fundamentais para a preservação identitária dos povos, por isso necessitam ser relevados em suas dimensões práticas para atuação internacional e intercultural das Universidades.

As línguas são como códigos, instrumentos de comunicação intelectual e cultural, portanto funcionam também como condutores da diversidade e precisam ser preservadas. A totalidade dos principais aspectos das diferentes culturas depende da linguagem para ser transmitida, ainda que a língua em si não seja cultura porque um mesmo idioma pode ser falado por grupos culturalmente diversos. Ainda segundo o Relatório, é fundamental “Adotar medidas que protejam e promovam as línguas de importância local, enquanto se apoia a aprendizagem de línguas veiculares que permitam aceder a comunicações rápidas e ao intercâmbio de informação. ” (UNESCO, 2011, p. 13)

Neste sentido, o plurilinguismo é um elemento facilitador para a comunicação entre diferentes culturas sem anulá-las. Cabe compreender que o plurilinguismo, como o próprio nome já sugere, é a capacidade de utilização de diferentes línguas (já praticado em algumas escolas e Universidades). As traduções também exercem papel de promoção da diversidade e podem ser instrumentos facilitadores do uso funcional de todas as línguas de uma sociedade. (UNESCO, 2011) Cabe então às Universidades que atuam internacionalmente preservar a diversidade linguística mundial. Além disso, é interessante pontuar a necessidade de que a Universidade promova o acesso à diferentes visões de mundo por meio de mecanismos de traduções de livros e textos viabilizando o efetivo diálogo intercultural entre os indivíduos e a fusão dos conhecimentos que ali são compartilhados. Por exemplo, é difícil encontrar conceitos asiáticos em trabalhos acadêmicos. A dificuldade de acesso aos livros e artigos em muito se dá pela dificuldade linguística e pela escassez de traduções nas bibliotecas institucionais.

Por conseguinte, a Unesco fala da educação também como vetor da diversidade cultural. Sabe-se que a educação é um espaço de transmissão, troca de conhecimentos, e fica claro então o seu papel no desenvolvimento de conceitos e valores dentre e entre as sociedades. As políticas educacionais

Têm uma repercussão decisiva no florescimento ou no declínio da diversidade cultural e devem promover a educação pela e para a diversidade. Assim, se garante o direito à educação, ao mesmo tempo em que se reconhece a diversidade das necessidades dos educandos e a variedade dos métodos e conteúdos conexos. Em sociedades multiculturais cada vez mais complexas, a educação deve auxiliar-nos a adquirir as competências interculturais que nos permitem conviver com as nossas diferenças culturais e não apesar delas. Os quatro princípios de uma educação de qualidade definidos no Relatório da Comissão Mundial sobre Educação para o Século XXI (aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver em conjunto) somente podem aplicar-se com êxito se a diversidade cultural for seu elemento central. (UNESCO, 2011, p. 15)

Fica clara a necessidade de revisão dos métodos utilizados nas Universidades internacionalizadas. É necessário um ajuste dos planos e programas, bem como dos métodos que são utilizados em salas de aulas. Já se sabe que a interculturalidade é algo pensado e estrategicamente planejado. Assim os conteúdos devem ser baseados na multiculturalidade e ter bases plurilinguísticas, a lógica intercultural deve ser intencionalmente construída de forma analítica e inclusiva, levando em consideração as particularidades de cada Instituição. (CANDAU, 2000)

A instituição com vertente internacional deve levar em conta a cultura de forma transversal, analisando os desafios dos processos de intercâmbio, trazendo respostas concretas para serem trabalhadas entre e dentre os corpos discentes e docentes. Ressaltam-se aqui os programas de educação bilíngue, atividades de cooperação interdisciplinar acadêmica para professores e alunos de diferentes áreas e países, métodos estratégicos de inclusão acadêmica e profissional, dentro e fora das salas de aula, para todos os estrangeiros, tradução de conteúdos de diferentes concepções teóricas (visões acadêmicas diversificadas), acompanhamento da convivência de alunos e professores estrangeiros, estímulo às pesquisas internacionais compartilhadas e tantos outros procedimentos que visem inserção, compartilhamento e autonomia entre os diferentes grupos existentes nos espaços de ampliação dos saberes, a Universidade. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

A educação intercultural deve ser um requisito fundamental das Instituições internacionalizadas. Os métodos uniformizados podem até proporcionar a vivência multicultural, mas, como defende Candau (2000), é na interculturalidade que estão as respostas para os desafios dessa convivência.

Em termos práticos, é importante considerar as múltiplas dimensões dos indivíduos e a trandisciplinaridade das diferentes ciências. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012) Mais que isso, é interessante analisar a relevância dos conteúdos que vão além dos programas e ementas utilizados em sala de aula. É necessário fomentar o estudo das tradições, crenças, espiritualidade, humanidades, música, teatro, dança, artes, e vários outros temas que reconhecem as diferentes manifestações culturais de todos os grupos ali inseridos e que possam passar despercebidos por estar se tratando pontualmente dos assuntos acadêmicos dentro da sala de aula. Por exemplo, muitas vezes os alunos estrangeiros permanecem em suas salas de aula para ouvir os professores e alunos nacionais em suas transferências de conteúdo. Não são ouvidos sob os aspectos de sua realidade cultural. É um desperdício não aproveitar a multiculturalidade ali existente e, por meio da escuta e integração de culturas, ampliar os saberes de forma efetiva e prática.

No entanto, isso não pode se restringir ao conteúdo institucional, mas também deve ser complementado pela viabilização paralela da quebra de preconceitos dos atores, que são conceitos que muitas vezes originados por desconhecimento ou suposições errôneas. (UNESCO, 2011) Sugere-se a aprendizagem participativa dos agentes envolvidos por meio do estímulo de vivências e viagens, por exemplo. Essa, sem dúvidas, é uma das formas que podem auxiliar na sensibilização dos alunos, gestores, funcionários técnicos e professores para efetiva assimilação prática da diversidade, ampliando o desenvolvimento das capacidades críticas indispensáveis para o pensamento plural. Segundo os princípios funcionais da Unesco, favorecer a abertura cultural é a chave para promover o diálogo intercultural e impedir o choque das ignorâncias. E isso não será possível com a imposição de pensamentos unilaterais e nem sem a vivência prática da diversidade. É relevante verificar as possibilidades de inclusão, nos programas oferecidos ou viabilizados, outros roteiros e destinos, além do fomento ao tradicional intercâmbio ocidental América-Europa. (UNESCO, 2011)

Além da língua e da educação já aqui abordados, a Unesco (2011) identifica a comunicação e os conteúdos culturais também como vetores da diversidade cultural. A inclusão digital, por exemplo, permite rápido e amplo acesso social no contato direto com a diversidade. Não obstante, a falta de acesso aos meios de comunicação, ou a limitação desses canais, pode restringir a visão de mundo dos povos. Cabe, no âmbito dessa pesquisa, focar na questão do acesso aos meios de comunicação entre as diferentes realidades globais, dentro e fora da Instituição.

Não se trata apenas de ampliar os meios, mas também diversificar as fontes de informação para evitar a massificação de informações tendenciosas. O papel das Universidades internacionalizadas é claro nesse cenário. As IES, seja no fomento à inovação intercultural, na disponibilização de ampla via de comunicação entre diferentes visões de mundo ou atuando diretamente na inclusão equitativa de diversificados grupos sociais em um mesmo ambiente, devem atuar propondo alternativas inclusivas para os seus alunos, professores e para a sociedade em geral. (CANDAU, 2000; UNESCO, 2011; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012)

A possibilidade de proporcionar intercâmbios e promover a convivência integrada entre várias culturas faz com que as Universidades internacionalizadas sejam instrumentos de inovação e acesso, favorecendo a diversidade cultural dentro e fora de seus perímetros. A comunicação deve ser um instrumento de fomento à distribuição de diversificados conteúdos e um elo de promoção e conectividade entre diferentes culturas. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012) A ideia proposta no Relatório da Unesco (2011), ao afirmar a relevância da comunicação para promoção da diversidade, vai ao encontro desta afirmação. No entanto, indica que existem três desafios no caminho que os conteúdos culturais e comunicacionais enfrentam para a promoção da diversidade cultural,

Em primeiro lugar, há que responder aos imperativos da produção de conteúdos inovadores; em seguida, ampliar o acesso e, finalmente lograr uma representação mais equilibrada. A produção de conteúdos inovadores deve garantir a integração da diversidade cultural à mídia e às indústrias culturais, privilegiando os conteúdos locais. A ampliação do acesso supõe, dentre outras medidas coerentes para reduzir a exclusão digital, o acesso à produção e distribuição de conteúdos inovadores e o fomento de novas estratégias de informação e de comunicação que possam garantir a representação dos pontos de vista contrários nos debates sobre todos os temas. A diversidade cultural também requer uma representação equilibrada das diversas comunidades que convivem num determinado país, em conformidade com os princípios de liberdade de expressão e da livre circulação de ideias. (UNESCO, 2011, p. 20)

Levando esses desafios em consideração, a Unesco (2011) apresenta no Relatório o último vetor da diversidade cultural, que se refere à criatividade e ao mercado. Santos e Almeida Filho (2012) ratificam a importância deste vetor ao afirmar que em um mundo cada vez mais globalizado e efêmero, é presumível que a diversidade cultural, para ser efetivamente preservada, deva estar “alicerçada” em ambientes que fomentem a inovação e a criatividade. Dessa forma, entende-se que a criatividade deve ser considerada como algo fundamental para a existência e preservação da diversidade. Assim como, é nesses espaços que surgem, cada vez mais, elementos inovadores.

No entanto, é importante que as políticas estatais, da mesma forma que as estratégias universitárias, estejam abertas às influências transculturais sem perder de vista a manutenção dos elementos culturais locais. Este pode ser um entrave, e evitar a concepção etnocêntrica da diversidade deve ser o início do caminho. Sem aprofundar na temática, mas entendendo a relevância desta questão, cabe trazer a visão de etnocentrismo como

A maneira pela qual um grupo, identificado por sua particularidade cultural, constrói uma imagem do universo que favorece a si mesmo. Compõe-se de uma valorização positiva do próprio grupo, e em referência aos grupos exteriores marcada pela aplicação de normas do seu próprio grupo, ignorando, portanto, a possibilidade de o outro ser diferente. Sendo baseado numa preferência que não encontra uma validade racional, o etnocentrismo é encontrado, em diferentes graus, em todas as culturas humanas. Mas não é só o fato de preferir a própria cultura que constitui o que se convencionou chamar de etnocentrismo, e sim o preconceito acrítico em favor do próprio grupo e uma visão distorcida e preconceituosa em relação aos demais. O etnocentrismo é um fenômeno sutil, que se manifesta através de omissões, seleção de acontecimentos importantes, enunciado de um sistema de valores particular, etc. (TELLES, 1987, p. 75)

O cuidado com o etnocentrismo é fundamental no processo de internacionalização, seja para as atividades de intercâmbio, na elaboração das estratégias interculturais, no cuidado com o respeito às diversidades nas publicações, no formato democrático e acessível dos processos comunicacionais, e em todas as atividades que estiverem relacionadas ao interesse institucional de se internacionalizar de forma justa e coerente objetivando o desenvolvimento social. (UNESCO, 2011)

A imposição de alguma cultura ou simplesmente a falta de atenção à relevância dela nos projetos internacionais, não responde mais às questões contemporâneas de multiculturalidade. Ao “se abrir para o exterior”, os países e suas sociedades devem levar em consideração o aumento de perspectivas e a busca pelos elementos integradores entre elas de forma equitativa e democrática.

A interculturalidade surge aqui também como uma ferramenta interessante para o intercâmbio por facilitar a construção de “pontes” de comunicação entre culturas diversas e, nesse contexto, a criatividade deve ser considerada como algo fundamental. A abertura dos mercados que são compostos por elementos da economia criativa favorece essas estratégias e, ao mesmo tempo, se mantêm abastecidos por novas e diferentes práticas artísticas e inovadoras. Em outras palavras, o fato do capitalismo exigir práticas mercadológicas nos elementos de instrução nas universidades pode ser utilizado como um fator agregador para as ações estratégicas interculturais utilizadas nas universidades internacionalizadas. (CANDAU, 2000; UNESCO, 2011)

Em uma sociedade composta por diferentes culturas que se comunicam de forma diversificada e integrada, a economia tem amplos espaços de expansão por meio de práticas criativas e comércio justo. A economia criativa desponta como um espaço agregador para estas atividades, e as Universidades devem investir na atuação teórica e prática da diversidade como elemento de integração social e de mercado de trabalho.

Assim, as IES que tenham suas estratégias focadas no desenvolvimento social, podem utilizar as artes como elemento integrador das atividades humanas, assim como as que estejam voltadas prioritariamente para o mercado de trabalho, podem estimular as criações artísticas culturalmente diversificadas como uma das vias de fomento à economia criativa. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, economia criativa

É um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda. Diferentemente da economia tradicional, de manufatura, agricultura e comércio, a economia criativa, essencialmente, foca no potencial individual ou coletivo para produzir bens e serviços criativos. De acordo com as Nações Unidas, as atividades do setor estão baseadas no conhecimento e produzem bens tangíveis e intangíveis, intelectuais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico. Grande parte dessas atividades vem do setor de cultura, moda, design, música e artesanato. Outra parte é oriunda do setor de tecnologia e inovação, como o desenvolvimento de softwares, jogos eletrônicos e aparelhos de celular. Também estão incluídas as atividades de televisão, rádio, cinema e fotografia, além da expansão dos diferentes usos da internet (desde as novas formas de comunicação até seu uso mercadológico), por exemplo.[[36]](#footnote-36)

Ainda tratando do segmento criatividade e mercado, apresentado no relatório da Unesco (2011) como um vetor de investimento da diversidade, é importante ressaltar que a economia criativa pode ser um caminho fomentado pelas IES no sentido de materialização da interculturalidade (CANDAU, 2000), com formato original, na promoção de meios de extensão e atividade profissional rentável, garantindo assim a inserção mercadológica conjunta para estrangeiros e nacionais. Continuando neste raciocínio, o Sebrae estimula o segmento alegando que

A edição especial do Relatório de Economia Criativa 2013, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), destaca que a economia criativa se tornou em uma poderosa força transformadora no mundo de hoje. É um dos setores que está crescendo mais rápido no mundo econômico, não apenas em termos de geração de renda, mas também na criação de empregos e em ganhos na exportação. Segundo a publicação, criatividade e inovação humana, tanto individual quanto em grupo, se tornaram a verdadeira riqueza das nações no século 21.[[37]](#footnote-37)

Diante deste cenário favorável, as Universidades podem estimular, apoiar, financiar e produzir conjuntamente ações interculturais em segmentos das artes cênicas, plásticas e visuais, no teatro e na dança, música, literatura, artesanato, entre tantas outras tantas formas de produção artística que, por meio do diálogo cultural podem produzir elementos originais, diversificados e competitivos. Esses produtos, além de integrarem socialmente os diferentes grupos, estimulam a economia local e promovem a diversidade. De um espaço intercultural, diferentes produtos podem ser criados viabilizando autonomia financeira e intelectual aos atores e contribuindo para o exercício das funções primárias da Universidade em ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se, então, que as ações internacionais universitárias devem se profissionalizar constantemente e sair da posição estática diante dos interesses nacionais e das demandas da arena internacional. Sem remar contra, mas agindo estrategicamente, as IES podem atuar com ética e profissionalismo, buscando alinhar seus interesses aos das Políticas Externas dos Estados. E isso pode ser efetivamente viabilizado por meio da preservação da diversidade e do diálogo intercultural nos processos de internacionalização acadêmica.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE PODERIA TER SIDO...**

A política externa desenvolvida durante os anos de governo do Ex-Presidente Lula utilizou a cultura como um forte elemento de integração no Hemisfério Sul, mas apesar disto ter favorecido os tradicionais processos de internacionalização universitária, a interculturalidade não foi um instrumento utilizado estatisticamente nas análises dos resultados oficiais. Partindo da premissa de que a resistência ao que está sendo proposto deve ir além das críticas e buscar alternativas, sugere-se na pesquisa um formato de internacionalização institucional que aplique a interculturalidade como instrumento estratégico em todas as etapas do desenvolvimento.

A internacionalização universitária é algo que não se inicia na contemporaneidade, ao contrário, existe um processo histórico que acompanhou a própria compreensão da evolução conceitual do termo Universidade. Pode-se perceber, no entanto, que em diferentes fases da humanidade foram caracterizadas ações de articulação internacional entre instituições de ensino superior. Ainda que com outros nomes, interesses, ou características, estas atividades demonstravam, direta ou indiretamente, a importância da comunicação institucional externa para fortalecimento da ampliação dos saberes. No entanto, foi somente no século XX que estas iniciativas ganharam características mais próximas das atuais, incorporando intercâmbios, parcerias institucionais, duplas diplomações, pesquisas compartilhadas, entre outras relevantes ações que fizeram com que a compreensão da importância da atuação acadêmica internacional tenha sido uma das bases para o modelo da Nova Universidade. Com esse cenário, teóricos ampliaram seus estudos sobre o tema e já é possível analisar os diferentes níveis e possibilidades de desenvolvimento destas atividades.

Para que as ações sejam efetivas é necessário que elas acompanhem a dinâmica do cenário internacional. Dessa forma, podem surgir desafios ou possibilidades que devem ser levadas em consideração para os projetos acadêmicos internacionais. E assim, com esta compreensão, esta pesquisa teve como foco a gestão do Ex-Presidente Lula, período estrategicamente escolhido por ser um momento em que a história brasileira teve um viés voltado para maior integração com os países em vias de desenvolvimento.

Durante os anos da gestão Lula, a Política Externa Brasileira manteve especial atenção para os países do Hemisfério Sul. A política Sul-Sul, como ficou conhecida, utilizou a estratégia de manutenção e ampliação de poder por meio de diversificadas vertentes sutis (sem a utilização da força). Entre estas iniciativas comprovou-se, por meio de pesquisas teóricas e levantamento de dados dos Ministérios de Relações Exteriores, da Educação e Cultura, a utilização do estreitamento cultural como um dos caminhos. Com este cenário, a realidade foi aqui interpretada por meio de um nível de análise que abordou as relações de poder brando, o *Soft Power*, que observa a forma suave de atuação estatal para alcance dos objetivos políticos dos Estados. Longe de se afirmar como visão indiscutível, o que se propôs nesta pesquisa foi uma análise teórica sob os argumentos de Joseph Nye para tentar explicar a realidade política que se configurou entre os anos de 2003 e 2010, utilizando como eixo central a dimensão cultural e seus reflexos na educação superior.

Foram então analisados os programas e projetos voltados para a internacionalização do ensino superior desenvolvidos ou ampliados durante a gestão Lula. Como era esperado, vários projetos foram criados e/ou ampliados pelo Governo Federal brasileiro com este intuito, e em especial destaca-se o crescimento considerável dos números de parcerias educacionais com os países do Hemisfério Sul. No desenvolver desta pesquisa as constatações que foram gradativamente sendo feitas confirmaram as afirmativas teóricas propostas para explicar a realidade da Política Externa brasileira, assim como a teoria de Nye escolhida para fundamentar a análise que dava sustentação à ampliação dos números de parcerias com as Universidades do Sul do planeta. Ainda que não exista verdade absoluta, os números e informações destes programas confirmaram o incentivo e interesse estatal no estreitamento acadêmico Sul-Sul, e isto fortaleceu e fundamentou a utilização da teoria de *Soft Power* ao longo da pesquisa. É como se as teorias e os indicadores fossem se auto explicando, seguindo uma trajetória fluida e sequencial entre teoria e prática.

Compreendeu-se que, durante esses anos, o Estado brasileiro manteve a política de reafirmação de liderança política (poder suave) entre os países da América do Sul e isso proporcionou diversificadas oportunidades de ampliação das atividades acadêmicas. Foram levantadas as políticas, programas e projetos que estimularam a internacionalização universitária no Brasil. No entanto, a melhor experiência entre os programas federais desenvolvidos neste período está na criação da UNILAB. Rico exemplo a ser estudado de forma mais profunda posteriormente, pois apresenta um modelo diferenciado de Universidade no Brasil, e talvez no mundo. Identificou-se ali um caso concreto de aplicabilidade da metodologia intercultural de forma transversal às atividades, e a integração destes processos em ações de internacionalização do ensino superior. Um exemplo de Nova Universidade, com viés internacional e intercultural, dentro e fora das salas de aula.

Um ponto relevante nesta pesquisa foi o fato de não serem encontrados, oficialmente, números qualitativos dos programas analisados. As publicações institucionais sobre o resultado das ações abordavam quantidade, mas não a qualidade dos resultados dessas iniciativas. Isso traz a reflexão de que, ainda que o governo tenha oferecido oportunidades, pouco se conhece sobre a efetividade destas iniciativas para a internacionalização universitária no Brasil. Não coube aqui analisar as ações em todas as instituições do país, mas fazendo referência aos dados estatísticos oficiais, não é possível avaliar qualitativamente os produtos que foram criados sob essas iniciativas.

Diante da realidade, sobretudo considerando a necessidade de não subordinação a ela, verificou-se a possibilidade de buscar novos caminhos para a internacionalização universitária. De acordo com o perfil dos projetos institucionais federais de internacionalização, com base na falta de apresentação de resultados quantitativos, e levando em consideração todos os dados teóricos e práticos coletados por esta pesquisa, compreende-se que as universidades poderiam ter aproveitado melhor a Política Externa Sul-Sul desenvolvida durante a gestão Lula. Muito se fez, mas muito mais poderia ser feito. Ainda é incipiente a participação de Universidades brasileiras em redes internacionais, ainda é restrito o acesso às escolas orientais de conhecimento, e muitas outras iniciativas, ainda que já existam, não apresentam o grau de internacionalização que se espera. Os números oficiais mostram o que foi feito, mas também deixam o questionamento sobre o que poderia ter sido.

É mister analisar que o papel da Universidade no mundo contemporâneo vai além de sua função inicial de produção do conhecimento, mas adquire a relevância de fator primordial ao desenvolvimento equitativo, e funciona como alternativa à autodeterminação dos povos. Dessa forma, é importante ampliar e diversificar conceitos, métodos e a aplicabilidade dos saberes na atualidade.

Com esse cenário, entende-se que urge ampliação ou melhoria nas ações de atuação internacional das Universidades e no diálogo constante destas atividades com a Política Externa do país. Para isso, e com base nas informações coletadas ao longo da pesquisa, imaginou-se que o profissionalismo técnico e a interculturalidade podem ser utilizados como fatores estratégicos para efetivos resultados. Com essa vertente, foram sugeridos caminhos processuais e metodológicos que facilitaram a demonstração técnica e conceitual para viabilidade da proposta aqui apresentada.

Em todas as pesquisas realizadas, encontraram-se pontos de interculturalidade ou de internacionalização, mas não foi identificado nenhum estudo prático que articulasse estes dois temas por meio da preservação da diversidade. Dessa forma, acredita-se na originalidade deste trabalho ao utilizar a aplicação intercultural nos processos de internacionalização, levando em consideração a metodologia de fomento à prática da diversidade cultural.

Ainda que a política pública, na prática, esteja voltada para a ideia de obtenção dos interesses políticos, sejam eles quais forem, é importante que as Universidades estejam alinhadas a estes interesses na busca do desenvolvimento socioeconômico por meio da educação. Para isso é necessário compreender que as funções primárias da Universidade só serão desenvolvidas com plenitude se visarem o desenvolvimento das sociedades em que estão inseridas.

Ao se desenvolver esta pesquisa as questões iniciais foram gradualmente sendo respondidas, mas a maior realização do trabalho foi alcançada no momento em que se identificou a coerência sequencial das ideias que iam sendo desenvolvidas e a confirmação da lógica (teórica e prática) existente entre elas. Não é possível falar de educação superior, na contemporaneidade, sem levar em consideração as possibilidades de internacionalização da Universidade e o alinhamento destas ações com a Política Externa do Estado. Da mesma forma não se pode discorrer sobre internacionalização universitária efetiva sem investir no diálogo intercultural e na diversidade. Acredita-se que isto, apesar de redundante, não é seguido na prática em muitas das instituições de ensino superior. Assim, mais do que a concretização de um projeto pessoal, esta pesquisa buscou prestar uma contribuição social e auxiliar nos processos de internacionalização universitária existentes no país.

**REFERENCIAL TEÓRICO**

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. A ONU e a Nova Ordem Mundial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, 1995.

ALMEIDA, Paulo Roberto. A Diplomacia da Era Lula: balanço e avaliação. **Carta Internacional.** São Paulo: Ed. Nupri-USP,v. 2, n. 1, p. 3-10, jan-mar. 2007. Disponível em: <<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/56810_6556.pdf>>.

BRACEY, Dijuan. O Brasil e as missões de manutenção de paz da ONU: os casos do Timor e Haiti. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 315-331, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** São Paulo: 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados:** mapas de la interculturalidade. Barcelona: Gedisa, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e Educação Escolar. In: \_\_\_\_\_\_. **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã:** o ensino superior da colônia à era Vargas. São Paulo: Unesp, 2007.

FARIA, Dóris Santos; MAIA, Denise Maria. Universidade nova do Brasil e o processo de Bologna da Comunidade Europeia: uma comparação entre dois projetos. **Sociedade Argentina de Estudos Comparados em Educação - SAECE**. Argentina: 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação Intercultural no Brasil: a perspectiva epistemológica da complexidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 195, 1999.

FLEURI, Reinaldo Matias**. V Colóquio Internacional Paulo Freire. 2005.** Disponível em: <[www. pauofreire.org .br/textos/fleuri\_2 005\_recife \_ e|\_texto\_completo.pdf](http://www.pauofreire.org.br/textos/fleuri_2005_recife_e%7C_texto_completo.pdf)>. Acesso: em 16 out. 2014.

FLORENCIO, Sérgio A. L.; ARAÚJO, Ernesto H. F. **Mercosul Hoje**. São Paulo: Alfa Omega, 1995.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia:** o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

HERNÁNDEZ, Patrícia Moctezuma; CERDA, Alma Beatriz Navarro. Internacionalización em la educación superior. **Revista de La Educación Superior**, México, v. XL, n. 159, 2011.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

KALINA, Vanderlei Silva; MACIEL, Henrique Silva. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Contexto, 2006.

KEENAN, Frederick J.; VALÉE, Lionel. **La Gestión de Los Asuntos Internacionales en La Universidad.** 2. ed. Québec: Sainte-Foy, 1994.

KRAWCZYK, Nora R.; SANDOVAL, Salvador A. M. **As Políticas de Regionalização das Universidades do Mercosul:** um estudo das mudanças institucionais**.** Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, 2007.

MACHADO, Gabriel Luiz. **A Difusão Cultural Brasileira Como Instrumento de Política Externa:** estratégias contemporâneas. 2012. 75 p. Trabalho de Conclusão de Graduação Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs. br/bitstream/handle/10 183/71683/00087 93 28.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 out. 2015.

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato:** questões internacionais contemporâneas. Brasília: FUNAG, 2000.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, Pesquisa e Extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempo de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MENDONÇA Gustavo Resende. NYE, Joseph. *The Future of Power.* Washington, DC: PublicAffairs, 2010, 320p. **Boletim Mundorama**, Brasília, p. 7, 2011. Resenha.

MENEZES, Roberto G.; RIBEIRO, Cláudio E. A Cooperação Sul-Sul Revisitada: a política externa do governo Lula da Silva e o desenvolvimento africano**.** In: I Circuito de Debates Acadêmicos. **Anais.** Brasília: IPEA, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do Conhecimento sobre Internacionalização da Educação Superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, 2006.

MUNIZ, Campos Veyzon. Política Externa Sustentável: um conceito possível? **Boletim Mundorama**, 2013. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/11/08/politica-externa-sustentavel-um-conceito-possivel-por-veyzon-campos-muniz/> Acesso em: 30 out. 2015.

NUNES, Elton de Oliveira. Correntes Multiculturalistas: uma contribuição para a teoria do currículo. **Revista de Educação do Cogeime**. São Paulo, n. 25, ano 13, 2004.

NYE, Joseph. ***Soft Power:*** *the means to success in world politics*. New York: PublicAffairs, 2004.

PALMA, Elisabete Proença Rodrigues e Cortes. Cultura, Desenvolvimento e Política Externa: ajuda pública ao desenvolvimento dos países africanos lusófonos. Lisboa: Instituto Diplomático, 2006. 431 p.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. APolítica Africana do Governo Lula (2003-2006). **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 2, 2009.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural:** seu papel na Política Externa Brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

SALES, Camila Maria Risso. Relações Internacionais e Política Externa do Brasil nos Governos FHC e Lula. ***International Political Science Association***, 2009. Disponível em: <<http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_3443.pdf>> Acesso em: 20 set. 2014.

SANCHEZ, Michelle. et al. Política Externa como Política Pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 27, p. 125-143, nov. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Quarta Missão da Universidade:** internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília: Editora UnB - Universidade de Brasília, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI:** para uma universidade nova**.** Coimbra: Almedina, 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>.> Acesso em: 2 maio 2012.

SARAIVA, José Flavio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília,v.51, n.1, 2008.

SARAIVA, José Flavio Sombra; GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul:** uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. Disponível em: <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/ aladaa/sombra.rtf> Acesso em: 10 nov. 2011.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de Internacionalização das Universidades Brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

SILVA, Regina; DUTRA, Roger. A Agenda Transnacional da Unesco e as Políticas Públicas do MINC (2003-2010). **Políticas Culturais**,2012, p. 14-16. Disponível em: <[http://www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da -Silva-et-alii.pdf](http://www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da%20-Silva-et-alii.pdf)> Acesso em: 20 set. 2015.

TELLES, Norma. A Imagem do Índio no Livro Didático: equivocada, enganadora. In: SILVA, Aracy Lopes da. **A Questão Indígena na Sala de Aula.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

TRINDADE, Hélgio. **Universidade em Perspectiva:** sociedade, conhecimento e poder. Disponível em: <http://www.anped.org.b r/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10 \_03\_ HE L GIO\_TRINDADE.pdf> Acesso em: 03 dez. 2011.

TRINDADE, Luciano José. **A Atualidade dos Elementos da Proposta Kantiana à Paz Perpétua na Sociedade Internacional Contemporânea.** 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

UNESCO. Relatório Mundial. **Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural**, 2011.

VASCONCELOS, Luciana Machado. **Mais Definições em Trânsito**. 2013.

VEIGA, Rita. Internacionalização das Instituições de Ensino Superior em Portugal: proposta de metodologia para a construção de indicador do grau de internacionalização. Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, 2012.

VERGER, Jacques**. As Universidades na Idade Média.** São Paulo: UNESP, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Política Africana do Governo Lula.** Porto Alegre, 2008. Disponível em: <[http://www6.ufrgs.br/ nerint/folder/artigos/artigo40.pdf](http://www6.ufrgs.br/%20nerint/folder/artigos/artigo40.pdf)> Acesso em: 25 abr. 2014.

WITT, Hans de; JARAMILLO, Isabel Cristina; Gacel-Avila, Joceline; KNIGHT, Jane. (Org.) **Educación Superior en América Latina:** la dimensión internacional. Bogotá: Mayol Ediciones, Whashington, DC: *World Bank*, 2005.

1. “Segundo a perspectiva de Warner (1992) existem várias razões e imperativos que incentivam as universidades a orientar as suas agendas para a internacionalização geralmente associada com modelos de competitividade, autodesenvolvimento internacional da liberalização do comércio nas fronteiras e transformação social no âmbito do atual sistema democrático." (Tradução nossa) [↑](#footnote-ref-1)
2. Joseph Nye é um estudioso das Relações Internacionais que defende a ideia de que o conceito de poder está ligado a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para conseguir o que se quer. Segundo ele, há três maneiras de se fazer isto: uma delas é ameaçá-los com galhos; a segunda é comprá-los com cenouras; e a terceira é atraí-los ou cooperar com ele para que queiram o mesmo que você. Se você conseguir atraí-los a querer o que você quer, te custarão muito menos cenouras e galhos. Neste aspecto, o *Hard Power* utiliza a coerção, enquanto que o *Soft Power* tem contornos culturais fortes porque está embasado no campo das ideias. (NYE, 2004) [↑](#footnote-ref-2)
3. <http://mundorama.net/2013/11/08/politica-externa-sustentavel-um-conceito-possivel-por-veyzon-campos-muniz> / Acesso em: 30 out. 2015. [↑](#footnote-ref-3)
4. <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5680&Itemid=194&lang=pt-BR> Acesso em: 18 jun. 2015. [↑](#footnote-ref-4)
5. <http://www.dce.mre.gov.br/PEB.php> Acesso em: 05 jan. 2015. [↑](#footnote-ref-5)
6. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71683/000879328.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 out. 2015. [↑](#footnote-ref-6)
7. <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1_Politica_Externa.pdf> Acesso em: 01 out. 2015. [↑](#footnote-ref-7)
8. <http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento>. Acesso em: 10 out. 2015. [↑](#footnote-ref-8)
9. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, BRICS, é um mecanismo inter-regional que desde a sua criação tem expandido suas atividades em duas principais vertentes: (i) a coordenação em reuniões e organismos internacionais; e (ii) a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros. <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR> Acesso em: 29 out. 2015. [↑](#footnote-ref-9)
10. [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/ppa/ppa-2000-2003/ ppa20002003/ ppa\_ rel aval/014\_relacoes\_exteriores.PDF](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/ppa/ppa-2000-2003/%20ppa20002003/%20ppa_%20rel%20aval/014_relacoes_exteriores.PDF). Acesso em: 13 out. 2015. [↑](#footnote-ref-10)
11. Todas as ações listadas foram extraídas do Catálogo de Séries Históricas do Ministério do Planejamento. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1_Politica_Externa.pdf> Acesso em 13 out. 2015. [↑](#footnote-ref-11)
12. <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/acoes_programas/Relatorio_de_Avaliacao_do_Plano_Plurianual_2008-2011_-_Ano_base_2010.pdf> Acesso em: 13 out. 2015. [↑](#footnote-ref-12)
13. <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da-Silva-et-alii.pdf> Acesso em: 20 set. 2015. [↑](#footnote-ref-13)
14. <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da-Silva-et-alii.pdf> Acesso em: 20 set.2015. [↑](#footnote-ref-14)
15. Os programas *SIMERCOSUL*, *PEC PG* (Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação) e *Ciências sem Fronteiras*, ainda que relevantes, não serão tratados aqui por terem sido criados em período posterior ao marco cronológico que norteia esta pesquisa. [↑](#footnote-ref-15)
16. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13454:acr> Acesso em: 04 ago. 2015. [↑](#footnote-ref-16)
17. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13454:acr> [↑](#footnote-ref-17)
18. [http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999\_Bologna\_Declaration\_Portuguese.pdf Acesso em: 30 out. 2014](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf%20%20Acesso%20em%3A%2030%20out.%202014). [↑](#footnote-ref-18)
19. Tradução da autora: O objetivo global do projeto é apoiar a confirmação de uma cidadania Mercosul com um sentimento de pertencimento à região entre os membros da comunidade universitária dos quatro países. O objetivo específico do projeto é contribuir para a consolidação e expansão do programa de mobilidade de estudantes universitários de graduação do Mercosul.

<http://www.universitariosmercosur.org/sitio/index.php?mod=html&func=load&lang=es&value=02-01#sthash.k5 Ao1jG2.dpuf> Acesso: em 30 out. 2014. [↑](#footnote-ref-19)
20. <http://www.universitariosmercosur.org/sitio/index.php?mod=html&func=load&lang=pt&value=04> Acesso em: 25 out. 2015. [↑](#footnote-ref-20)
21. <http://www.dce.mre.gov.br/PECG.html> Acesso em: 16 ago. 2014. [↑](#footnote-ref-21)
22. O Governo Brasileiro participou de cinco operações de paz no Timor desde 1999. O prestígio internacional, a possibilidade de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e o pragmatismo político da multilateralidade para redução da desigualdade de forças no cenário internacional podem ser motivos que caracterizem a Política Externa brasileira justificada como “solidária” com o Timor Leste. (BRACEY, 2010) [↑](#footnote-ref-22)
23. http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes\_Gerais\_UNILAB.pdf. Acesso em: 16 nov. 2014. [↑](#footnote-ref-23)
24. http://pdi.unilab.edu.br/unilab-em-numeros. Acesso em: 18 nov. 2014. [↑](#footnote-ref-24)
25. <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/PDI-PRELIMINAR_Vs_21.pdf> Acesso em: 25 out. 2015. [↑](#footnote-ref-25)
26. <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/PDI-PRELIMINAR_Vs_21.pdf> Acesso em: 25 out. 2015. [↑](#footnote-ref-26)
27. <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/PDI-PRELIMINAR_Vs_21.pdf> Acesso em: 25 out. 2015. [↑](#footnote-ref-27)
28. <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/PDI-PRELIMINAR_Vs_21.pdf> Acesso em: 25 out. 2015. [↑](#footnote-ref-28)
29. Contribuir para o desenvolvimento progressivo de um sistema de acreditação que favoreça o reconhecimento de títulos, semestres e grades de estudo, e programas acadêmicos e instituições de educação superior, para facilitar a mobilidade de estudantes, membros da equipe acadêmica e de profissionais, assim como dos processos de integração acadêmica regional nos países cujos organismos e agências de evolução e acreditação façam parte da RIACES.

Fonte: [www.iesalc.unesco.gov.ve](http://www.iesalc.unesco.gov.ve) Acesso em: 23 nov. 2014. [↑](#footnote-ref-29)
30. [www.unilab.edu.br/noticias](http://www.unilab.edu.br/noticias) Acesso em 25 jan. 2015. [↑](#footnote-ref-30)
31. [http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/05/universidade-aberta-do-brasil-em-mocambique-sera-ampliada-a- partir-de-2015](http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/05/universidade-aberta-do-brasil-em-mocambique-sera-ampliada-a-partir-de-2015) Acesso em 25 out. 2015. [↑](#footnote-ref-31)
32. <http://www.dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados> Acesso em 15 out. 2015. [↑](#footnote-ref-32)
33. <http://ruf.folha.uol.com.br/2012/ensinosuperiornobrasil/> Acesso em: 11 out. 2015.

<http://www.laureate.net/OurNetwork> Acesso em: 12 out. 2015.

<http://faubai.org.br/pt-br/sobre-a-faubai/> Acesso em: 12 out. 2015. [↑](#footnote-ref-33)
34. Na visão do estudo das relações internacionais, o conceito de Nova Ordem Mundial faz referência ao mundo pós-Guerra Fria, período em que um novo modelo de governança se configura, levando em consideração a existência de outros atores, de fóruns multilaterais, com a força da economia de mercado e a inclusão de diversificados temas em um mundo globalizado. (ALBUQUERQUE, 1995) [↑](#footnote-ref-34)
35. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf> Acesso em: 20 set. 2015. [↑](#footnote-ref-35)
36. <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/O-que-%C3%A9-Economia-Criativa> Acesso em: 28 out. 2015. [↑](#footnote-ref-36)
37. <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/O-que-%C3%A9-Economia-Criativa> Acesso em 28 out. 2015. [↑](#footnote-ref-37)